



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 516 - DE 20 DE MARÇO A 03 DE ABRIL DE 2016 - R\$ 3,00

Abaixo o golpe contra Dilma!

**Só a mobilização independente
da classe operária
por suas reivindicações
e com seus métodos de luta
pode quebrar a espinha dorsal
do golpe**



40 anos do golpe militar na Argentina



Oposição revolucionária a Dilma

Política operária

Abaixo o golpe contra Dilma!

A manifestação do PT, convocada pela CUT, MST, MTST, CTB e UNE, aglutinados em torno da Frente Popular de defesa de Dilma, esteve à altura de se contrapor às manifestações organizadas pelo movimento pró-impeachment. A oposição, circundada pelo monopólio dos meios de comunicação, não contava que a Av. Paulista seria tomada por manifestantes, que encarnavam o vermelho. E não contava com as mobilizações em quase todos os estados. É claro que na contagem do número de manifestantes se procurou reduzir a sua importância.

O fato é que o PT e suas organizações sindicais e populares demonstraram capacidade de mobilização. Evidentemente, uma capacidade muito aquém da exigência da crise política. Somente um gigantesco movimento de massa, que tenha por base a classe operária, poderá quebrar a espinha dorsal do impeachment. O que exige das organizações operárias, camponesas e populares irem ao encontro das reais necessidades dos explorados, que estão sob o fogo cerrado das demissões, do crescente desemprego, do rebaixamento salarial, da alta do custo de vida e do avanço da pobreza e da miséria.

A imensa maioria oprimida continua à margem das disputas interburguesas entre governistas e oposicionistas. Essa imensa maioria é quem suporta a decomposição econômica do capitalismo e o avanço a passos largos da barbárie social. Se o governo de Dilma permanecer ou cair, não alterará a condição geral de brutal exploração, miséria, indigência, pobreza e sofrimento coletivo.

Aos explorados só têm sentido combater o PSDB e sua laia golpista se com isto for possível dar um passo na sua organização independente e na sua capacidade de se defender com seus métodos próprios de luta contra os ataques da burguesia e dos governos. Qualquer que seja o motivo que mantenha a classe operária e os demais oprimidos subordinados à política burguesa deve ser rejeitado, porque não serve à luta pela libertação dos explorados do domínio capitalista.

A grande manifestação em São Paulo, que contou com a participação de Lula, evidenciou a política de subordinar os explorados à disputa interburguesa. Tudo convergiu para a defesa de um governo burguês moribundo e não para o combate à ofensiva do movimento golpista. A bandeira de “Não vai ter golpe” já não corresponde aos fatos. O golpe já está ocorrendo. Há uma conflagração nas instituições do Estado, sem exceção.

O Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal caminham na mesma direção: criminalizar o PT e liquidar o governo Dilma. A Operação Lava Jato deu todos os meios para a reação cercar o governo, espatifá-lo e entregá-lo ao cadafalso do impeachment no Congresso Nacional.

O discurso de Lula de que não quer a guerra, mas a paz, é o pronunciamento de um derrotado. Quanto mais o PT procurar apoio nas próprias instituições que conspiram e servem de instrumentos aos objetivos da reação oposicionista - do PSDB e da crescente matilha governista, que agora corre para os braços dos golpistas - mais próximo fica do cadafalso. A utilização das manifestações para reunir forças institucionais resultará tão somente em ilusões.

Está em pleno vigor um amplo movimento que combina

os poderes do Estado com os poderes civis da burguesia para derrubar o governo. Evidentemente, por se tratar de um golpe institucional, as forças da reação não podem realizar um movimento brusco, sem comprometer seu objetivo e sem rasgar a máscara da constitucionalidade. O PT e o governo, por sua vez, não são capazes de fazer um movimento brusco contra o processo golpista, já que estão submetidos a esses mesmos poderes conflagrados.

Para quebrar a espinha dorsal do golpe, é necessário que se organizem as massas contra as próprias instituições burguesas. Caso contrário, o destino de Dilma seguirá o curso ditado pelas forças golpistas conjuradas.

A manifestação da Frente Popular e o pronunciamento de Lula deixaram claro que pretendem abrir uma via de negociação e de um pacto com setores burgueses, objetivando estabilizar o governo e dar-lhe condição para prosseguir com as medidas econômicas. É claro que essa pretensão depende de o PMDB recuar em sua virada a favor do impeachment, que ainda está por concluir.

A grande maioria dos manifestantes não compreende que a estratégia burguesa de combater os golpistas no seu próprio campo de batalha servirá tão somente ao inimigo. A chamada de Lula para não alimentar o discurso do ódio, contrapor-se à violência, procurar viver de forma civilizada e agarrar-se à democracia como única possibilidade de participação dos explorados nas decisões políticas é o discurso de quem serviu à burguesia como presidente da República. É o discurso de quem diz à classe operária que a solução da crise não virá por meio da luta de classes. Está aí por que Lula não fez um só ataque às instituições do Estado que conspiram contra o governo do PT. Não disse uma só palavra sobre a violação da legalidade pelo juiz Sérgio Moro. Não diz uma só palavra da convivência do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal com as arbitrariedades de Moro.

A bandeira da classe operária não é a de “Não vai ter golpe”. É a de “Abaixo o golpe!”

Abaixo o golpe do PSDB, de seus aliados, do Ministério Público, da Polícia Federal, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional! Abaixo o golpe da FIESP, da Ordem dos Advogados, das Associações de Magistrados e de toda quadrilha de associações civis! Abaixo o golpe do Movimento “Vem pra Rua” e do Movimento Brasil Livre! Abaixo o golpe da rede Globo, do jornal O Estado de São Paulo e toda imprensa monopolista! Abaixo o golpe da burguesia brasileira e do imperialismo!

Levantemos as reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos sem-teto e da classe média arruinada! Organizemos um movimento nacional para colocar nas ruas as necessidades da maioria oprimida! Respondamos à corrupção da burguesia e de seus partidos apontando que somente as massas mobilizadas com seus Tribunais Populares serão capazes de julgá-los e puni-los! Enfrentemos as ações golpistas com a mobilização geral e unitária dos explorados por suas reivindicações e com a luta de classes! Ergamos a bandeira: somente um governo operário e camponês nascido das lutas e assentado na organização independente dos explorados poderá resolver a crise política que é uma crise do poder burguês.

Impeachment em marcha

Na quinta-feira, 17 de março, foi constituída a Comissão Processante do Impeachment, composta por 65 deputados. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, a maioria é favorável ao impeachment. Calcula-se que 35 são a favor; 24, contra e 6, indefinidos. Na realidade, não há uma precisão sobre a composição. Sabe-se que 42 deputados fazem parte da aliança governamental. O problema é que não se sabe exatamente quantos ficarão do lado da oposição. Há um dado, porém, sintomático: os petistas não ocuparão um lugar de destaque em seu comando. Quem a presidirá e relatará o processo são deputados próximos ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que tudo fará para que triunfe o impeachment.

Se a batalha do PT se resumir às paredes do Congresso Nacional é mais provável que esteja perdida. Nada nos diz, porém, que os petistas e seus aliados lutarão para romper a camisa de força que os prende às instituições do Estado. A determinação de Dilma, da direção partidária e dos sindicalistas da CUT é a de reagir nos marcos legais do processo de impeachment. O que quer dizer confiar na possibilidade de o PMDB limitar sua infidelidade.

Pela primeira vez, assistimos Dilma Rousseff denunciar a existência de uma “conjuração” para derrubá-la e prender Lula. O juiz Sérgio Moro foi longe ao grampear o telefone da presidência da República e retirar seu sigilo bem no momento em que Lula estava para tomar posse no cargo de ministro da Casa Civil.

A violação somente foi possível na situação em que a “conjuração” golpista tem a certeza da impunidade, de que o máximo que ocorreria era desatar uma controvérsia sobre se foi um ato de ilegalidade ou não e de que a população apoiaria. Como vimos, não faltaram “renomados” juristas para dizer, sem nenhum pudor, que afinal de contas a gravação foi autorizada e visa ao telefone de Lula e não ao da presidente da República.

O objetivo de Moro era o de fazer um estrago na imagem do governo e de Lula já suficientemente vilipendiada pela Operação Lava Jato. Com tal munção, as organizações que arrebanham pelas redes sociais a classe média enfurecida poderiam fazer seu trabalho com êxito garantido. Foi o que aconteceu com a volta às ruas de um contingente arregimentado e radicalizado em torno da bandeira de derrubada de Dilma.

O impeachment vem sendo gestado de forma a parecer como resultado da vontade dos brasileiros. É preciso que as forças empenhadas em derrubar o governo demonstrem que não se trata de um golpe e sim de uma convergência entre o rechaço “popular” à corrupção e o empenho constitucional dos poderes da República, encarregados da preservação da moralidade e da segurança do País. Não haveria, portanto, nada mais a provar diante da população quanto à boa fé do PSDB, de seus aliados, do Congresso Nacional, do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal.

A cruzada contra a corrupção e os maus feitos do governo já teria suficientemente demonstrado aos brasileiros que chegou a hora do “Basta”. Isso graças a uma Justiça isenta, proba e comprometida com os valores da democracia e do Estado de Direito.

Cruzada imbuída dos mais altos padrões civilizatórios, que conta com uma imprensa livre, informativa, investigativa, equilibrada, pronta a servir à causa da moralidade pública e descomprometida com a causa particular deste ou daquele partido que trabalha pela derrubada do governo. A cruzada daqueles que se colocaram pela destituição do governo eleito por mais de 50 milhões de votos não se pautaria por açodamentos e aventuras, enfim o Brasil hoje conta com uma democracia mais amadurecida e por instituições estatais à altura do Estado de Direito. Essa é a máscara confeccionada para dar a aparência de legalidade, de constitucionalidade, de cidadania e de moralidade ao golpe de Estado em andamento.

Por detrás da máscara constitucional do impeachment estão frações da classe capitalista, que se impõem politicamente e expressam os interesses da burguesia de conjunto. A Federação da Indústria de São Paulo (FIESP), sob a presidência do empresário Paulo Skaf (PMDB), lidera a conjuração. O momento é de as associações patronais saírem da sombra. Já não é preciso ocultar seu papel na conspiração golpista. “Impeachment”, “impeachment”, “impeachment”! Gritaram os 300 empresários reunidos na FIESP, a pedido do representante da Associação Comercial de São Paulo. A fração paulista da burguesia, a mais poderosa, desde o início da campanha do PSDB contra o governo eleito, serviu à cruzada golpista.

Trata-se de uma gigantesca movimentação da burguesia para derrubar um governo burguês que já não lhe serve. É preciso dizer as coisas pelos seus nomes e identidades verdadeiros. Sob a fachada de “governo popular”, Lula e Dilma governaram para a classe capitalista. Não poderia ser de outra forma, já que se dispuseram a galgar o poder para administrar o capitalismo. Por que então denunciar, condenar e combater o impeachment? Precisamente por se tratar de um golpe de Estado.

Quem pode revogar o mandato de Dilma Rousseff é quem a elegeu e não o Congresso Nacional. É evidente que o princípio da revogabilidade do mandato somente por quem elege o governo, embora típico da democracia burguesa, inexistente até mesmo nas democracias mais avançadas. Quem irá depor a presidente é o Congresso Nacional constituído por parlamentares que não têm nenhum vínculo real com a maioria da população e que servem tão somente aos interesses da minoria capitalista. Não é preciso frisar que não passa de um covil de ladrões e espertalhões. Não é população, nem mesmo a camada mobilizada da classe média, que derrubará o governo, mas sim a burguesia.

O PT e a Frente Popular insistem em manter a resistência ao golpe nos marcos das instituições do Estado. Têm se demonstrado incapazes de organizar um movimento a partir da classe operária. Estão excessivamente comprometidos com a política de seu governo. Estão de costas para a brutal ofensiva capitalista contra a vida das massas. Nessas circunstâncias, o movimento golpista não se depara com sérios obstáculos. Somente uma greve política, apoiada em grandes manifestações de massa poderá quebrar a espinha dorsal do golpe.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Abrangência da delação premiada de Delcídio

Depois de ter sido vazada e a revista IstoÉ ter tido tempo de manipular as informações, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou e divulgou a delação premiada do senador Delcídio Amaral. A novidade está no fato de que a peça de acusação atinge o PSDB – Aécio Neves é um dos implicados na vasta corrupção. Novidade nos termos da delação de Delcídio, uma vez que o ex-governador de Minas Gerais, atual senador e candidato à presidência que foi derrotado por Dilma Rousseff é um conhecido ficha suja, que nunca foi seriamente investigado e que sempre arranjou um jeitinho de sepultar as denúncias. Delcídio aponta também como um dos envolvidos no mensalão mineiro o deputado paulista Carlos Sampaio. Trata-se de um arauto do golpe em andamento, serviçal de Aécio Neves, um direitista que pediu a extinção do PT. Nota-se que Sampaio tem sido um dos mais ferrenhos defensores da moralidade, condenando os petistas ao ponto de pretender varrê-los da política burguesa. Com seu arrolamento na delação, revela-se o objetivo de ocultar sua delinquência, bem como de seu chefe Aécio Neves.

Temos insistido que a versão de que o PT é responsável pela corrupção sistêmica é uma farsa da grande imprensa venal (seu jornalismo depende dos poderosos assinantes) para amparar sua campanha golpista. O certo é que a imprensa monopolista, controlada por um punhado de grupos econômicos, atua sistematicamente e como uma só voz para resolver a crise política pela via do golpe institucional. Jacta-se como defensora da democracia, do funcionamento independente das instituições e pela derrubada de Dilma por meios legais, quando de fato acoberta ou diminui o profundo envolvimento do PSDB e PMDB na ladroagem sistemática e na convivência com grandes grupos capitalistas que os financiam. Acoberta que sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, até onde chegam as revelações, foi montada a rede sistêmica de extração de dinheiro para sustentar as milionárias campanhas eleitorais e colateralmente enriquecer homens da República, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que não resistiria a uma séria investigação.

Tudo indica que a contribuição do PT foi a de aperfeiçoar o sistema já existente. É o que demonstra a relação do “mensalão” mineiro e o “mensalão” petista e a semelhança entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, quanto ao enriquecimento. Delcídio também “revelou” o que já se sabia sobre o comprometimento de homens do PMDB, a começar pelo vice-presidente Michel Temer, que ora

está com o governo, ora conspira com a oposição para derrubá-lo. As denúncias contra essa raposa em nenhum momento foram tomadas a sério pelos investigadores e pelos juízes. Quem não conhece a ficha suja dos senadores Renan Calheiros, Edison Lobão, Jader Barbalho, Valdir Raupp e Romero Jucá arrolados como autoridades capazes de impor nomeações de compinchas e agentes da corrupção sistêmica? Era preciso dizer que homens como esses tiveram passagem pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e lá se aprimoraram na arte de traficar influência e roubar.

Delcídio relata que Michel Temer indicou o meliante João Augusto Henriques, quando a presidência estava com o PSDB, para um cargo na estatal e acabou acusado de fraude na compra de álcool. Esse mesmo senhor se tornou lobista do PMDB no esquema do “petróleo”. Novamente, aparece na delação a figura do deputado Eduardo Cunha, tratado por Delcídio como menino de recado do banco BTG. Coube a esse canalha da República aceitar a petição do impeachment assinada por três juristas alinhados ao golpismo. E cabe, agora, a ele retomar o rito processual.

Quem são eles - PSDB, DEM e PMDB – para julgar o governo Dilma por qualquer razão que seja? Tomemos um caso marginal da política burguesa – o partido Solidariedade. Seu dirigente, Paulinho, serve de escarradeira do PSDB e está empenhadíssimo no impeachment. Sua ficha suja também foi limpada pelas mesmas instituições que limpam a de Aécio Neves, etc. O homem é conhecido corrupto, mas na condição de serviçal da política da direita burguesa.

Na realidade, a delação de Delcídio não trouxe nenhuma novidade. Mas teve o mérito de indicar que os principais partidos envolvidos no movimento golpista fazem parte da sistemática corrupção. Nisto, confirma a reclamação de Dilma, Lula e PT de que estão sendo alvo de uma investigação seletiva. Poder-se-ia considerar uma novidade a denúncia de Delcídio de que o ministro Aloísio Mercadante procurou comprar seu silêncio. De fato, a explicação humanitária de Mercadante de que procurou contato com o assessor do senador, José Eduardo Marzagão, por estar preocupado com sua família não engana nem os tontos. O ponto significativo dessa parte das “revelações” de Delcídio foi que Marzagão gravou a conversa e guardou-a para publicar na hora certa. O que demonstra? Que Dilma ficou desesperada sobre o que o senador e liderança da bancada petista poderia dizer, estando sob as garras do juiz Sérgio Moro. O desespero

é sintoma de impotência, principalmente em se tratando de política. A conversa entre Mercadante e Marzagão foi a demonstração de que o PT e o governo nada podiam fazer pelo desgraçado. A tentativa do ministro de transmitir ao prisioneiro da PF a noção moral de responsabilidade histórica é simplesmente subjetividade melancólica e politicamente imbecil. Essa estúpida reunião, com um ministro desavisado quanto aos perigos de gravação, principalmente tendo o exemplo do próprio Delcídio, que caiu na armadilha da família Cerveró, reflete o relaxado clima de conspiração palaciana.

Não há golpe sem conspiração e sem violação da legalidade. E onde há conspiração há pelo menos sintoma de golpe. Todo o movimento pelo impeachment está calcado em conspirações. Os vazamentos seletivos, as ações da PF segundo um planejamento que municie o movimento de impeachment e as investigações voltadas a implicar o governo são parte da conspiração. A oposição e setores do PMDB podem conspirar livremente, mas o governo não pode. Deve permanecer estático diante da ofensiva golpista e aguardar o resultado. Por que não seria legítimo, considerado o clima conspirativo e as arbitrariedades da Operação Lava Jato, que Mercadante procurasse defender o governo com as armas de que dispõe? Esta é a questão política que os petistas não podem assumir e responder à altura.

Dilma tem sido incapaz de vir perante a população denunciar as conspirações do PSDB, aliados e PMDB. No entanto, a imprensa faz campanha de achincalhamento diário, desde a manhã até emendar com o dia seguinte. O cerco se fechou e aumentou o risco de o golpe ter êxito. Ainda se tratando da ausência de novidade, os relatos de Delcídio reforçam a meta da Operação Lava Jato de atingir Lula, citado abundantemente. Segundo o delator, foi o ex-presidente que o orientou a negociar com a família de Cerveró condições para que o bandido ficasse com o bico calado. Está aí mais um elo da cadeia conspirativa, tenha sido assim ou não. No entanto, nota-se o interesse de chegar à presidente. As denúncias a respeito de Pasadena é mais do que requeitada. O mais importante é a tentativa de ligar Dilma à reunião de Mercadante com o assessor de Delcídio.

O contingente de comentaristas da Globo News, que se tornaram especialistas em casos policiais – exibem a múltipla função de comentaristas, exegetas, hermenêuticos, advogados, inquiridores, denunciadores, delatores e juízes – bateram na tecla dizendo que Dilma sabia da reunião e do objetivo, uma vez

Amaral

Dilma Rousseff nas mãos de conspiradores

que Mercadante é seu homem de confiança. Ocorre que a oposição precisa de um novo motivo para ir adiante com o impeachment. Aécio trabalha para fazer um adendo à peça acusatória baseada na denúncia de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lula, finalmente, concordou em aceitar o cargo de ministro da Casa Civil. Essa decisão ocorre na situação em que quase todas as cartas estão nas mãos do PSDB/DEM, faltando completar o baralho com a carta máxima, que é o PMDB. A sua fração governista parece que ainda resiste a jogar a toalha e abandonar os cargos. Todos esses fatos motivam ainda mais a classe média servir de base social ao golpe.

O PT e seus aliados estão posição difícil, uma vez que o governo Dilma tem sido responsabilizado pelas demissões, perdas salariais, alta do custo de vida. As medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais impedem que a classe operária compreenda que o movimento pró-impeachment é um golpe institucional. Somente um levante do proletariado em defesa de suas reivindicações poderia pôr à luz do dia as manobras das forças burguesas, dismantelar a farsa da moralização do Estado e organizar um Tribunal Popular para apurar todos os crimes dos partidos que afetam a economia nacional e a vida dos explorados.

A crise é ampla e escapa a uma precisa previsão. Mas as condições presentes indicam que o governo e o PT se deixaram quebrar pela espinha. Os explorados devem se livrar da disputa interburguesa e sair em defesa de um programa nacional de luta. A conquista da independência de classe é a condição para a maioria oprimida enfrentar um novo governo burguês.

O PMDB dá sinal incisivo em favor do impeachment. Michel Temer, vice-presidente, já havia demonstrado sua disposição em conspirar com o PSDB contra o governo de Dilma Rousseff. Depois da publicação da decisão do rito processual a ser seguido pelo Congresso Nacional, que dificultava o impeachment, arrefeceu suas negociações com a oposição.

Com o retorno do deputado Leonardo Picciani à liderança do PMDB na Câmara Federal, derrotando o representante da ala peemedebista pró-impeachment, Hugo Motta, vinculado a Eduardo Cunha, se teve a impressão de que Dilma Rousseff não tinha muito a temer. Jaques Wagner, braço direito da presidente, não mostrou receio em afirmar que o impeachment estava morto. Ao que Lula acrescentou, “morto, mas não enterrado”. O caudilho sabia perfeitamente que o ministro da Casa Civil blefava. A Operação Lava Jato estava no encalço do PT e dele próprio.

O agravamento da crise econômica, a continuar com as labaredas crescendo, impossibilitaria o esgotamento do movimento golpista. As medidas de “ajuste fiscal” recessivas, por sua vez, se encarregariam de colocar as massas contra o governo.

O PMDB desde o início da crise se destacou como o fiel da balança. O destino do governo Dilma não dependia do PT, PCdoB e demais aliados fisiológicos. O PSDB tinha pela frente, portanto, a tarefa de trabalhar pela cisão dos peemedebistas com muito cuidado e sabedoria. O fator decisivo, no entanto, se encontrava na combinação do aprofundamento da recessão, da debilitação das contas públicas, do temor da classe média e o do pavor da classe operária diante das demissões em massa com a ação política da Operação Lava Jato.

Os influentes setores da burguesia que ainda estivessem do lado do governo teriam de se afastar. A Fiesp despontou como carro chefe da oposição empresarial, utilizando-se da campanha contra o aumento de impostos. A classe média que já havia demonstrado em março de 2015 a disposição de apoiar o movimento golpista poderia retomar as ruas. As manifestações de dezembro de 2015, convocadas para apoiar a petição do impeachment apresentada pelos juristas Dalmo Dallari Jr. e Hélio Bicudo, foi um fracasso se comparadas com a primeira de março. O que reforçou a impressão dos petistas de que haviam atravessado o pior da tormenta.

Na realidade, o maremoto estava apenas se formando. A Operação Lava Jato, sob o comando do juiz federal Sérgio Moro, caminhava para a 24ª etapa, em cujo centro estão Lula e Dilma. Os motivos anteriores utilizados para embasar juridicamente o impeachment não eram suficientes. Uma cassação de mandato, nesta circunstância, evidenciaria uma decisão puramente política. O PMDB estaria a reboque das diretrizes do PSDB, caso rompesse com o governo. O que não era bom nem administrativa, nem politicamente. Eis por que as ambi-

ções de Temer e suas negociações com a oposição não prosperaram. Não somente não prosperaram como abriram uma crise no PMDB, que punha em risco sua reeleição a presidente do partido. O episódio de afastamento de Picciani do comando do PMDB na Câmara e de sua posterior recondução, com apoio do Palácio do Governo, indicou que não era ainda o momento de mandar Dilma às favas.

Agora a situação mudou sensivelmente. A ofensiva de Sérgio Moro se mostrou consistente. A sua primeira incursão contra Lula, embora criticada hipocritamente pela oposição, serviu para mostrar que o ex-presidente teria o mesmo destino que os grandes nomes implicados no “petróleo”. O alvo principal do Ministério Público, do juiz e da Polícia Federal se concentra nos petistas. Com o fim de seu governo, a desmoralização de Lula e o desmonte do PT, a Operação Lava Jato perderia sua função. Os demais casos envolvendo o PMDB e o próprio PSDB, que tem sido blindado por todos os lados, passarão à condição de rescaldo. Não há interesse da burguesia e de suas instituições em ir à frente e expor toda extensão da corrupção no seio do Estado.

A convenção do PMDB evitou tomar imediatamente a decisão de abandono do governo. Mas se deu um prazo de 30 dias para resolver a pendência. Até lá, nenhum peemedebista poderá aceitar cargo oferecido por Dilma. Michel Temer foi reeleito sem restrição. Tudo indica que o conspirador saiu fortalecido, o que quer dizer que a fração pró-impeachment engrandeceu no PMDB. Há muitos interesses oligárquicos e fisiológicos que atam os peemedebistas ao governo. Para essa ala, o melhor é ir se distanciando de Dilma, sem abandoná-la aos lobos do PSDB e DEM. Em 2018, o partido lançaria candidato próprio. Ocorre que a agudização da crise empurra o PMDB para um acordo com os golpistas.

O comparecimento de setores da burguesia em favor das manifestações de 13 de março, financiando e impulsionando o movimento pró-impeachment, o gigantesco comparecimento da classe média às ruas, o isolamento do governo e a incapacidade do PT reagir, utilizando-se de seu braço sindical, são motivos mais do que suficientes para a fração que trabalha pela ruptura se impor.

Há a expectativa quanto às manifestações pró-Dilma nos próximos dias. Tudo indica que não terá com fazer frente à mega mobilização armada pelos meios de comunicação e financiada fartamente pelos capitalistas. A CUT teria de romper o quadro burguês em que se digladiam as forças a favor e contra a derrubada do governo. O que quer dizer mobilizar a classe operária em defesa de suas reivindicações e contra o golpe. Em vez de atos institucionais, haveria que recorrer aos métodos de luta do proletariado – a greve. Somente uma greve política evitaria definitivamente o impeachment. A depender de seus aliados oligárquicos, Dilma naufragará. É o que indicou a convenção do PMDB.

Lula ministro

Os golpistas gritaram “Golpe de Estado” diante da confirmação de que Dilma nomeou Lula para ministro da Casa Civil, um posto chave na condução política do governo. Não tem o menor sentido essa denúncia da oposição e dos jornais. Não faz senão refletir a ofensiva do movimento pela derrubada do governo petista e as reações momentâneas dos petistas.

É certíssima a acusação de que o ex-presidente admitiu essa via para escapar de um mandado de prisão preventiva por ordem do juiz Sérgio Moro. Também corresponde aos fatos a tentativa de Lula e do PT de salvar o governo que está perto do cadafalso. Não há dúvida de que é um ato de desespero de quem recorre à última cartada. Não há, no entanto, nenhum golpe nessa manobra inglória.

O certo é que Lula e o governo chegaram à conclusão de que o morto (golpe) ressuscitado estava bem vivo, em suas veias corria a Operação Lava Jato e seus pulmões estavam bem oxigenados pela imprensa. O PSDB e seus aliados derrotados nas eleições de 2014 não teriam condição de pôr abaixo o governo vencedor com mais de 50 milhões de votos. A posição inicial da oposição de não deixar Dilma governar teria de se converter em um movimento da burguesia para liquidar o governo. O “mensalão” que chegou perto de colocar o impeachment de Lula assentou os marcos da crise política e por onde passaria o atual movimento golpista. Somente um grande processo sobre a corrupção poderia dar armas ao PSDB/DEM e criar as bases sociais para a interrupção do mandato de Dilma.

Recordemos que a reeleição de Lula foi um choque para os opositoristas que tinham a seu favor o “mensalão”. As condições econômicas permitiram que Lula e o PT se recuperassem das pancadas do Supremo Tribunal Federal. O segundo mandato do caudilho serviu perfeitamente aos interesses da burguesia, mais precisamente aos do grande capital. A resposta do governo Lula à crise de 2008 contou com a unanimidade dos setores burgueses que influem na condução do Estado. As “medidas anticíclicas” do ministro Guido Mantega foram ditadas pelo imperialismo. A burguesia brasileira servil e seus partidos de oposição aceitaram as ordens externas, cumpridas nada menos do que por um governo do PT. Exatamente essa unidade ou quase unidade da burguesia em torno das respostas de Lula à crise deu mais fôlego aos petistas e à sua ampla coligação, tendo por pilar o PMDB.

A desconhecida Dilma Rousseff foi eleita, comparecendo perante às massas como guardiã do legado lulista. Essa derrota amargurou de vez o PSDB e seus lacaios da oposição. A crise econômica se agravou. A oposição passava a ter uma arma a mais. Cresceram as divisões interburguesas. Mas Dilma derrotou Aécio na disputa pelo segundo mandato. Já estava configurada a Operação Lava Jato. A oposição agora conta com várias frentes de ataque para inviabilizar o governo de Dilma. Era preciso reunir todas as condições políticas que convencessem a população de que se tratava de um governo corrupto e incapaz. Com altas e baixas, amadureceriam as condições para o impeachment.

O papel do STF nas condenações do mensalão, baseada no “domínio dos fatos”, que dispensa provas, foi decisivo para alinhar todas as instituições do Estado (Judiciário, Procuradoria, Ministério Público, Polícia Federal, etc.) em torno do objetivo de caçar o PT e golpear seu governo. O Parlamento pendeu para a política de quebra da governabilidade. Nas conversações telefônicas grampeadas pela PF, Lula desabafa: “Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, um Superior Tribunal

de Justiça totalmente acovardado, um Parlamento totalmente acovardado (...)”. Não se trata de acovardamento, mas de alinhamento em torno do movimento golpista. Essas instituições foram se ajustando ao progresso das investigações da Lava Jato, à agressiva campanha da imprensa, ao fortalecimento da oposição no Congresso Nacional e ao ingresso de setores da burguesia na defesa do impeachment.

É de todo conhecido o engajamento do ministro Gilmar Mendes à cruzada da oposição contra o governo. Lula acabava de tomar posse e o juiz federal de Brasília, Itagiba Catta Preta Neto, atendia uma liminar que a suspendia. A oposição conta com as principais forças que comandam as instituições para travar a “guerra” jurídica. E esta municia a imprensa, que por sua vez serve aos promotores do impeachment junto à população.

Pode-se perguntar se o rito para se processar o impeachment no Congresso Nacional e depois sua reafirmação, no momento mais grave da crise (16 de março), não mostraria a isenção do STF. Em absoluto, os ministros não podiam admitir o formato determinado pelo presidente da Câmara porque seria um escracho e o caráter golpista do impeachment ficaria mais do que evidenciado. Seria temeroso para o STF se comprometer neste ponto. Observa-se que todos são complacentes com as arbitrariedades do juiz Sérgio Moro e com suas motivações políticas.

Nesse mesmo 16 de março, o chefe da Operação Lava Jato quebrou o sigilo das gravações que expõem as conversas de Dilma com Lula. Os policiais grampearam a presidente da República numa clara violação das leis. As arbitrariedades são tomadas como fatos irrelevantes, quando na verdade fazem parte da estratégia do impeachment e dos meandros da conspiração que se desenvolve nos bastidores do Estado.

A decisão de dar a Lula o cargo de ministro da Casa Civil expressa claramente a necessidade dos petistas de se socorrerem das armas do próprio Estado. Indica que não confiam na possibilidade de realizar uma contraofensiva política mobilizando a classe operária e as camadas mais pobres da população. O PT se defende no campo da política burguesa e com as armas da política burguesa.

O ingresso de Lula em um posto chave do governo, na situação, já não representa muito. Dificilmente, manterá Michel Temer do lado de Dilma. O PMDB está mais para a oposição do que para a garantia da governabilidade. No entanto, se o fisiologismo ainda falar alto e Lula conseguir juntar os cacos da base governista, não muda o fato de que o governo de Dilma está liquidado. A burguesia e o imperialismo chegaram à conclusão de que a mudança de governo urge diante da crise econômica.

A renúncia de Dilma seria a solução desejável. Cresceram e crescem as pressões nesse sentido. Por essa via, não se configuraria a derrubada do governo por um ato de força, ainda que amparada pela caricatura constitucional. A presidente rechaçou essa possibilidade e se dispôs a defender seu mandato até o final. A perseguição a Lula foi o sinal de que a salvação do governo viria por um milagre. Como milagres somente ocorrem na mente dos desesperados, Lula é conduzido ao poder para ver se consegue utilizar os créditos que seu governo obteve junto ao grande capital em favor de Dilma completamente encurralada.

A situação extrema que levou Lula a aceitar o cargo de ministro, no fundo, expõe a impotência do PT diante do movimento golpista. No momento em que a oposição conquistou a classe média para sua tese e o PT não pôde colocar a classe operária do seu lado, a balança pendeu socialmente para os golpistas.

Responder aos ataques

Sindicalistas e ativistas se reuniam na subsele do Sindicato Metalúrgico do ABC quando a polícia invadiu o local e expulsou os presentes. A subsele da CUT em Campinas foi apedrejada. A sede central do PT, em São Paulo, somente não sofreu depredação porque foi montada uma segurança externa. A sede da UNE foi pichada. Nas manifestações pelo impeachment, grupos de direita, alimentados por parlamentares, da laia do militar Jair Bolsonaro, fizeram provocações e ameaças abertas. Desfraldam a bandeira de volta dos militares ao poder.

A crise política e o movimento golpista do impeachment têm propiciado o ressurgimento de posições de extrema direita. Sabe-se que possuem ligações com ex-agentes da ditadura militar, com seitas religiosas e grupos que cultivam o fascismo, que lembram o velho integralismo de Plínio Salgado. Por sua vez, agem sob a sombra de setores reacionários do aparato do Estado. A diferença do que se passou na subsele de Diadema está em que foi a própria polícia que violou o direito de reunião. Nos demais casos, agiram anonimamente. Se não há uma ligação direta entre um ataque e outro, indiretamente fazem parte de uma mesma ação da direita contra o sindicato, a CUT e a UNE.

O sindicato metalúrgico denunciou a agressão. Dilma Rousseff pediu que o governo do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, apurasse o ocorrido. A PM já deu uma desculpa deslavada. A provocação da polícia e dos grupos fascistas por enquanto é apenas um sinal. É preciso, porém, levá-la a sério.

A crise econômica não será resolvida com a queda do governo petista. Os explorados, por enquanto, suportam estoicamente as demissões, a redução salarial e a alta do custo de vida. A situação de passividade diante dos ataques dos capitalistas, porém, não perdurará por muito tempo. E a crise política não será debelada simplesmente com o fim do governo Dilma. São os interesses da classe capitalista em choque que resultaram na falência do governo petista. Poderão ser acomodados em um primeiro momento, mas enquanto a crise avançar os choques se manterão.

No horizonte, pode-se vislumbrar o agravamento da luta de classes. A burguesia necessitará de um governo que trate com mãos de ferro o movimento operário e popular. O PT e seu governo, auxiliados pela burocracia sindical encastelada no sindicato metalúrgico do ABC e na CUT, provocaram um grande retrocesso nas lutas e na organização independente dos explorados. A direita sindical que debilitou com a construção da CUT se reaglutinou em torno do sindicato metalúrgico de São Paulo e da Força Sindical. A classe operária, assim, foi contida por um poderoso aparato burocrático. É o que explica por que não responde a tamanho ataque dos capitalistas aos postos de trabalho e aos salários.

A crise política obscurece o que se passa nas fábricas e pressiona no sentido de canalizar o descontentamento das massas para uma solução governamental. A mobilização política da classe média age no sentido contrário ao do levante operário por suas reivindicações. De um lado, os petistas se defendem com a democracia burguesa, de outro ataca os opositores com a mesma bandeira. De forma que a situação política está determinada pela disputa interburguesa e pela manifestação da classe média. As necessidades da classe operária e dos demais oprimidos estão obscurecidas pelo movimento de ataque e de defesa do governo. É nesse quadro que se fortalece a direita burguesa.

Os fatos acima narrados mostram que é preciso lutar com unhas e dentes pelo programa da classe operária e por sua independência política. Pode parecer prematura, mas estamos convencidos da necessidade de colocar a autodefesa contra o Estado policial e a direita fascista. Uma primeira medida é constituir os Comitês de Luta contra a Repressão, que potencializarão força assim que o proletariado romper a camisa de força da burocracia sindical e da política de conciliação de classes.

Apeoesp discute o golpe

A direção da Apeoesp convocou, no dia 17, a reunião para discutir a campanha salarial. No entanto, o objetivo real era o organizar a ida dos professores no ato convocado pela “Frente Brasil Popular”, sob a bandeira de “defesa da democracia, dos direitos sociais e contra o golpe”. Como era de esperar, abriu-se uma áspera discussão. A direção do sindicato deixou nitidamente claro que se tratava tão somente de defender o governo Dilma e que essa tarefa se sobrepunha a qualquer outra. Estabeleceu uma linha divisória entre aqueles que estavam com Dilma e aqueles que estavam pelo golpe. Alinharam-se à direção petista, o Partido da Causa Operária (PCO), O Trabalho e uma parte do PSOL (TLS). Os que não se alinharam foram o Partido Operário Revolucionário (POR), PSTU, parte do PSOL e outros agrupamentos.

No bloco de defesa de Dilma/Lula não se manifestaram diferenças, uma vez que homogeneamente estavam unidos petistas, socialdemocratas e esquerdistas sob a bandeira de defesa da democracia e não ao golpe.

No bloco não alinhado ao PT, no entanto, as diferenças se manifestaram. O POR se colocou claramente pela unidade revolucionária contra o golpe, que só poderia se constituir por meio da política do proletariado, o que implica não apoiar o governo burguês de Dilma. A bandeira democrática que conduz à unidade revolucionária contra o golpe é a de que somente os explorados podem destituir o governo eleito. Sem a total independência dos sindicatos e sem a defesa de um programa das reivindicações da classe operária não é possível combater e derrotar a direita golpista.

O PSTU condenou as ações repressivas do juiz Sérgio Moro contra Lula e a violação das leis (grampo, condução coercitiva), no entanto não teve como levantar a bandeira de combate ao golpe, uma vez que se coloca pela convocação de eleições gerais (“por uma nova alternativa dos trabalhadores”), que expressa a defesa do “fora todos”.

O PSOL, ligado à Intersindical, também condenou as arbitrariedades de Sérgio Moro e da Justiça. Mas explicou que ir ao ato era apoiar o governo, que atacava os direitos dos trabalhadores.

O POR divulgou a declaração “As condições para o golpe triunfar estão dadas. Como enfrentar a reação direitista?” e a defendeu na reunião. A essência da colocação, depois de condenar a criminalização do PT e as perseguições políticas da Operação Lava Jato, foi a de que não era possível derrotar os golpistas no campo da democracia burguesa e do “Estado de direito”. Somente com a política e os métodos da classe operária seria possível enfrentar a direita burguesa. Sob a política do PT, a derrota era inevitável. Cabia aos sindicatos enfrentar o movimento golpista no campo da independência de classe, o que exigia emancipá-los da política governamental. O POR não convocava o ato, justamente porque era um ato de apoio ao governo, portanto, derrotista.

Dois questionamentos da burocracia sindical merecem resposta: 1) quem não está com Dilma, está pelo golpe; 2) se é verdade que o governo de Dilma está lado do capital, por que então querem derrubá-lo?

Quanto ao primeiro, a polarização em dois campos falseia o caráter de classe da crise política. A questão deve ser colocada nos seguintes termos: quem está no terreno da política burguesa contra o golpe e quem está no terreno da política proletária contra o golpe. O objetivo estratégico dos explorados não pode ser senão o de lutar por um governo próprio, operário e camponês. E diante das denúncias de corrupção do PT e de todos os demais partidos, trata-se de organizar um tribunal popular. Quanto ao objetivo do impeachment, combatê-lo sob a bandeira de que somente os explorados podem destituir o governo eleito.

Quanto ao segundo, o fato de um governo servir à burguesia não significa por si só que seja capaz de unificá-la nas condições de crise e que também seja capaz de impor um violento plano antinacional e antipopular. As forças burguesas que anteriormente sustentavam o governo petista mudam de posição conforme este se mostra incapaz de impor uma nova política econômica. Como se vê, ambos os questionamentos dos petistas e de sua burocracia sindical são mecânicos e expressam a cegueira política diante da falência de seu governo.

Publicamos a seguir os manifestos do POR publicados nos dias 07 e 14 de março, em resposta ao avanço da crise política

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre a detenção do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Mais uma ação das forças golpistas

O POR denuncia e condena a “condução coercitiva” de Lula pela Polícia Federal. Chama a classe operária, os demais explorados e a juventude a rechaçarem e a se mobilizarem no campo da independência de classe contra a escalada golpista. Exorta o PT, PCdoB, CUT, MST, MTST e UNE para que exijam que o governo Dilma revogue todas as medidas antinacionais, antioperárias e antipopulares (reforma da previdência, entrega do pré-sal às multinacionais, etc.) e que abandone imediatamente a diretriz do “ajuste fiscal”. Exijam que o governo Dilma cumpra imediatamente um plano de defesa real dos empregos e dos salários. Que o governo Dilma restabeleça e aumente as verbas destinadas à proteção social, entre elas a saúde, educação e moradia. Que o governo Dilma atenda as velhas reivindicações dos sem-terra. Somente nesse terreno a classe operária e a maioria oprimida entenderão que é preciso quebrar a ofensiva da fração burguesa, pró-capitalista, antinacional e antipopular, dirigida pelo PSDB. Somente nesse terreno os explorados estarão defendendo seus interesses de classe oprimida e agindo com sua política própria.

O PT, PCdoB, CUT, MST, MTST e UNE não poderão quebrar a coluna vertebral do movimento golpista, que se gestou logo após as eleições de 2014 e que agora ganha nova projeção com a Operação Lava Jato, centralizada no objetivo de dismantlar o PT e seu governo, sem que rompam com a política do governo Dilma. Enquanto Dilma Rousseff estiver empenhada em salvar os interesses do capital financeiro, dos monopólios e das multinacionais, prevalecerão as tendências golpistas.

Os oprimidos, os pobres, os famintos, os favelados, que são da classe operária e dos camponeses, não estão preocupados com a corrupção que se alastrou por toda política burguesa. A ladroagem no Estado, a promiscuidade entre os políticos e os grupos econômicos, as contas no exterior dos delinquentes da política patronal, o enriquecimento ilícito dos tais “representantes do povo” e dos governantes é um problema da burguesia e não da classe operária. Dizem respeito a como os partidos da classe capitalista administram o Estado em favor dos próprios capitalistas. Não são um problema da classe operária porque se trata da corrupção promovida no seio da classe burguesa, do seu Estado. Os explorados não têm nada a ver com a bandidagem e a delinquência que eles não criaram e que não podem resolver a não ser que tomem o poder, implantem a ditadura do proletariado e instituem um governo operário e camponês. Somente a revolução proletária, a expropriação dos capitalistas e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social acabarão com a política assentada no poder econômico e nos interesses particulares das frações que compõem a classe burguesa.

No capitalismo, não é possível nem acabar e nem controlar a corrupção, uma vez que é inerente às negociatas e à política como negócio. Está aí por que o PT e suas principais lideranças foram se corrompendo e se delinquindo à medida que faziam das eleições seu modo de existência e ocupavam cargos de direção no Estado burguês. Como se vê, é a política burguesa que carrega em suas entranhas as negociatas, o tráfico, os interesses particulares.

Então por que condenamos a detenção de Lula? Porque é parte do movimento golpista, encarnado por Aécio Neves, Fernando

Henrique Cardoso, Cássio Cunha Lima, José Serra, Geraldo Alckmin, etc. Porque a Polícia Federal se pôs a serviço da derrubada golpista do governo Dilma e da liquidação do PT.

O pedido do Ministério Público Federal para que a PF desse um espetáculo com a detenção provisória de Lula foi acatado pelo juiz Sérgio Moro como indicação de que se trata da escalada e do prelúdio do ataque ao governo Dilma. Primeiro, prende-se o publicitário João Santana, imediatamente vaza-se a delação premiada do senador Delcídio Amaral e em seguida detém-se Lula. Os líderes da oposição, com Aécio Neves à frente, constituem uma comissão para reacender o impeachment. E a imprensa faz uma ampla campanha de defesa da detenção de Lula, apoiando a medida ilegal. Incentiva-se a manifestação da direita pelo impeachment.

Enquanto a Operação Lava Jato serve à oposição golpista e não se importa em violar a legalidade para atingir o objetivo de caçar Lula, o próprio PT e membros do governo pateticamente se limitam a defender as instituições e as leis. O instituto do “impeachment” em si mesmo é antidemocrático, uma vez que serve para destituir um governo eleito pela população. Quem deve julgar e destituir o governo é a própria população e não um Congresso ou judiciário manietado pelos partidos burgueses, que são tão ou mais corruptos que o PT. Como se vê, o que está em questão não é a corrupção, mas sim a disputa pelo poder pela via da destituição da presidente e pelos métodos jurídicos policiais. Se se tratasse do objetivo de limpar o Estado dos ladrões, não permaneceria nenhum dos partidos que comanda a política burguesa. Está claríssimo que a Operação Lava Jato e a projeção política do juiz Sérgio Moro - até então uma autoridade desconhecida nacionalmente e até mesmo a popularização do policial japonês, que não é flor que se cheire, inflada pela imprensa alinhada ao golpismo -, está a serviço de uma política, que por ora é a do PSDB.

O governo Dilma e o PT sabem que assim se passa, no entanto, estão comprometidos com a ordem burguesa e sujeitos às arbitrariedades, aos vazamentos seletivos, à campanha da imprensa de desmoralização dos petistas e às manifestações de classe média, convocadas pelas redes sociais, para as quais há dinheiro farto que a justiça não quer saber de onde vem. De um lado, os golpistas justificam seu movimento com a defesa da democracia; de outro o PT e seus aliados esperneiam contra a marcha do golpe também em nome da democracia. Os explorados não podem saber que democracia é essa porque não têm um partido revolucionário profundamente enraizado no proletariado. Concretamente, trata-se de uma democracia oligárquica, típica de um país semicolonial.

O PT para chegar ao poder e depois para governar teve de vender-se de corpo e alma. Quem o corrompeu? Justamente o mesmo capital que sustenta a democracia oligárquica e lhe dá um particular conteúdo. Não seria possível o PT se entrelaçar com as empreiteiras se estas já não estivessem amplamente instaladas nas relações políticas. Está aí por que as grandes empresas que encheram os cofres da campanha do PT e que lhe permitiram montar um grande aparato partidário são as mesmas que encheram os cofres do PSDB e PMDB e demais partidos patronais.

Na delação premiada, os implicados no desvio de dinheiro da

Petrobrás falam o que, sob o comando do juiz Sérgio Moro, os investigadores querem e precisam para fundamentar o golpe. Sempre há alguém para vazar as delações para imprensa, que se encarrega de politizar e dar o tom da campanha golpista. É contra essa orquestração direitista coberta de falsa moralidade e de proteção às instituições do Estado que os explorados devem manifestar. De nenhuma forma devem apoiar o governo burguês de Dilma, a política burguesa do PT e as manobras das direções burocráticas da CUT, MST, MTST e UNE. A defesa que fazem da democracia contra o golpe é impotente. É precisamente esta democracia oligárquica na qual o PT se chafurdou que gesta o golpismo.

No momento em que os petistas forem extirpados do poder, cessará a Operação Lava Jato, que já não será mais necessária. Não vai adentrar nos crimes do PSDB, DEM e PMDB. Toda ação “moralizadora” se concentra no PT – execrar a figura do caudilho Lula é essencial para isso. Certamente, respinga nos demais partidos, mas nesses casos a corrupção é tratada como casos esporádicos, como se fossem típicos da natureza humana e inevitáveis. É essa miserável falsificação burguesa que os explorados devem repudiar e lutar contra. Somente não estão nas ruas contra o golpismo porque a política do governo petista não permite e porque a burocracia sindical está subordinada ao PT e à liderança caudilhesca

de Lula. Ou o PT faz uma virada em sua subordinação ao Estado e à democracia oligárquica ou será varrido por setores burgueses que encontraram as condições propícias para golpeá-lo, ainda que não seja imediatamente.

Entendemos que somente a classe operária poderá julgar o PT e Lula. Será um julgamento antes de tudo histórico, ou seja, julgamento da traição aos interesses dos explorados. Está aí por que está colocada a necessidade de lutar pela derrota do golpismo, que somente será possível no campo do proletariado e da independência de classe. Com a luta no campo burguês, ou seja, no da democracia burguesa, é líquida e certa a vitória da reação. O POR responde à corrupção do Estado e aos crimes da burguesia com a bandeira de constituição de um Tribunal Popular, surgido da luta direta das massas.

O Partido Operário Revolucionário luta para que as organizações operárias e camponesas se libertem da política burguesa, começando por organizar a luta nacional contra as demissões, o desemprego, o subemprego, a redução salarial e a destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Abaixo o golpe do PSDB e aliados!

7 de março de 2016

Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre as manifestações do dia 13 de março

As condições para o golpe triunfar estão dadas Como enfrentar a reação direitista?

A oposição burguesa, sob o comando de Aécio Neves (PSDB), não admitiu a derrota eleitoral de outubro de 2014. Lançou-se imediatamente a impugnar o pleito, exigindo recontagem dos votos. Colocou a vitória de Dilma Rousseff sob suspeita de fraude. Nada foi provado. Caiu assim por terra a primeira tentativa de barrar o segundo mandato petista. No entanto, apenas começava o calvário de Dilma Rousseff.

A denúncia de que em seu primeiro mandato havia violado a Lei de Responsabilidade Fiscal desfiou por um longo tempo um rosário de acusações sobre a administração temerária dos recursos da União e de fraude contábil. O PSDB, DEM e mais alguns lacaios da direita montaram no cavalo de batalha do impeachment. No TCU, armou-se um teatro, que de antemão se sabia que pela primeira vez esse órgão burocrático iria reprovar as contas de um governo. Durante meses e meses, a imprensa fez campanha antigovernamental.

As forças contrárias ao segundo mandato do PT se perfilaram em ataque cerrado. A linha traçada era a de não deixar Dilma governar. Sobre sua cabeça, penduraram a espada de Dâmocles do impeachment. O PSDB, aliados e governistas infiéis (parte do PMDB, sobretudo) constituíram um bloco para inviabilizar qualquer que fosse a política econômica. Estava claro que os golpistas não tinham como derrubar o governo sem convencer a burguesia de que era para o bem do capital e, por sua vez, romper a aliança do PMDB com o PT.

Mas como justificar o impeachment baseado em um pedido de dois juristas – Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo – que se valiam da acusação de administração temerária? Mesmo a reprovação das contas do governo pelo TCU não se sustentava como peça de um impeachment. O advogado da União demonstrou que no governo de Fernando Henrique Cardoso também se fizeram as tais das “pedaladas” fiscais. Os golpistas precisavam

de motivos mais substanciais. Caso contrário, não conseguiriam minar a coalizão do PT e PMDB.

A tática de escorar a cassação do mandato presidencial nesse motivo, de fato, serviu tão somente para colocar e manter Dilma contra a parede. Não ocorreria impeachment por esse caminho. Foi preciso politizar ainda mais o conflito da oposição com o governo por meio da Operação Lava Jato. O escândalo do “mensalão”, a condenação e prisão de importantes dirigentes petistas já haviam pavimentado um caminho mais promissor por onde a reação iria se projetar. No momento, a imprensa conseguiu impor a noção de que o País estava diante de um tipo de corrupção sistêmica, distinta de suas manifestações individuais e pontuais. Evidentemente, para isso, se evitou investigar e apurar o “mensalão” mineiro, organizado pelo proeminente peessedebista Eduardo Azeredo.

Nenhum dos grandes escândalos do governo Fernando Henrique Cardoso e dos governadores do PSDB, como os do estado de São Paulo e Aécio Neves, mereceram uma investigação sistêmica.

No caso do mensalão do PT, o Ministério Público, o aparato do judiciário e a Polícia Federal mostraram-se competentes para fazer uma incursão em profundidade na corrupção petista. Não foram, porém, competentes em esmiuçar a vida do PSDB, DEM e PMDB. Certamente, uma investigação sistemática das relações desses partidos com as empreiteiras, banqueiros, multinacionais, etc. também demonstraria que o PT não criou nada da delinquência que impera na política burguesa. É o que está ocorrendo também com a Operação Lava Jato.

Aécio Neves, Michel Temer, Eduardo Cunha, Renan Calheiros e dezenas de parlamentares estão implicados na jogatina das empreiteiras. As mesmas mãos que empanturraram o PT, empanturraram o PSDB, PMDB, etc. Está aí por que a

Operação Lava Jato se tornou um instrumento do golpe institucional que vem sendo preparado desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff.

Para se ter golpe, é preciso violar a legalidade. É o que fazem o Ministério Público, a PF e o judiciário com os vazamentos seletivos das denúncias. É o que fez o juiz Sérgio Moro que autorizou a “condução coercitiva” de Lula. É o que faz o Ministério Público de São Paulo que pede a prisão de Lula sem mais nem menos. É o que faz a juíza encarregada de decidir sobre o pedido dos procuradores de São Paulo, quando diz que levará tempo para ter um parecer.

O resultado dessas ações é o de oferecer à imprensa o combustível para armar uma hipócrita campanha contra a corrupção e condenar politicamente por antecipação o governo, o PT e o caudilho Lula. Recordemos que o PSDB começou pela tentativa de impugnar as eleições por suspeita de fraude, passou para o impeachment sob alegação de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal e agora se agarrou ao ariete da Operação Lava Jato.

A classe média é sensível à corrupção, sem se dar conta de que é em grande medida responsável pelos partidos e pelas lideranças burguesas que comandam o País. Parte dela vive de comercializar, está sempre enfronhada à venalidade. Mas não pode enxergar que a corrupção é inerente ao capitalismo e que na política burguesa tanto é um meio de existência quanto de luta pelo poder. O golpe militar de 1964 tinha duas premissas: varrer o comunismo e a corrupção. O comunismo não era um perigo e a corrupção proliferou nos governos da ditadura. Desta vez, sem o menor sentido, apenas pequenos grupos fascistas levantam a bandeira contra o comunismo.

A multidão que ganhou as ruas do País acredita que o juiz Sérgio Moro está fazendo uma verdadeira limpeza. A campanha da imprensa pelo golpe a convenceu de que enfim chegou um salvador, destemido e imune às pressões. A pequena burguesia assombrada diante do precipício da crise econômica não tem como entender que as decisões de Moro correspondem à divisão interburguesa e aos profundos interesses concorrenciais que envolvem os grupos econômicos em relação ao Estado, inclusive interesses do capital externo. Basta cair o governo do PT, para que Moro arrefeça seu ímpeto moralizador e as instituições que parecem autônomas voltem ao leito normal da subserviência oligárquica.

O problema está em que o golpismo não apenas colocou a classe média rica em rebelião, por enquanto pacífica, contra o governo e o PT. Mas também arrastou um considerável contingente de classe média proletarizada. A campanha da imprensa em torno dos vazamentos da delação premiada do senador Delcídio Amaral e da “condução coercitiva” de Lula reacendeu a chama do impeachment, que estava com o seu lume quase apagado. As massas opositoras ao governo criaram ânimo e voltaram às ruas, convocadas por organizações artificiais, como “Vem pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”. O apoio dos capitalistas foi descarado. É sintomático o impulso dado pela rede Habib's à convocação, por lojistas, associações médicas, de advogados, etc. A FIESP, que está há muito pelo impeachment, foi um dos pontos de referência da manifestação na Av. Paulista. Nota-se que crescentes setores da burguesia estão pelo impeachment. A classe média constitui sua base social. Foi assim também no golpe militar, guardadas as diferenças de momento. Mas é a mesma base do golpe institucional que está a caminho, mais forte agora do que nunca.

Houve um acontecimento que pode parecer marginal, mas que indica a ofensiva reacionária da direita: a Polícia Militar invadiu a subsele do Sindicato Metalúrgico do ABC, em Diadema, quando petistas faziam uma reunião, e a sede da CUT de Campinas foi apedrejada. A sede da UNE foi pichada: “Lula na cadeia”, etc. Essas provocações estão de acordo com a campanha da imprensa de criminalização do PT e de seus aliados. O pedido de cárcere a Lula se tornou mais uma bandeira do movimento golpista, ainda que certas lideranças do PSDB tenham restrições. Lembremos que o ex-líder do PSDB na Câmara Federal e braço direito de Aécio Neves, o deputado Carlos Sampaio, declarou-se pela cassação do registro do PT.

Tem-se ressaltado que a democracia está forte, uma vez que as instituições estão funcionando de forma independente. O certo é que o movimento pela derrubada de um governo eleito demonstra que as instituições funcionam de acordo com os interesses gerais da burguesia. A crise econômica está ditando o curso da crise política e expondo o caráter oligárquico da democracia brasileira. O governo do PT já não serve à classe capitalista, pois não consegue fazer progredir a CPMF, a reforma da previdência e a desvinculação do orçamento. A solução da oposição é derrubá-lo. A campanha de criminalização do PT desperta ódio na classe média rica, principalmente no estado de São Paulo. No fundo, está colocada a polarização e a agudização da luta de classes. Esse é o ponto fundamental.

A crise política e a mobilização da classe média têm servido para desviar a atenção do fato de que a classe operária está pagando caro com as demissões em massa, com a alta do custo de vida e com as medidas que destroem conquistas sociais. O governo de Dilma é refém do capital financeiro, de um lado, que lhe exige medidas antinacionais e antioperárias, e está garroteado pela oposição que lhe arrasta para o cadafalso. As organizações sindicais, camponesas e populares controladas pela CUT e vinculadas ao PT, por sua vez, estão presas ao governo. Subordinam as reivindicações dos explorados ao apoio ao governo. Condicionam os métodos de luta à defesa da democracia e do “Estado de direito” burgueses.

A classe operária é a única força social capaz de se opor de forma independente ao caudal da classe média e de quebrar o movimento golpista. Mas somente poderá assumir essa posição na crise político-econômica se se levantar em defesa dos empregos, dos salários e de seus direitos trabalhistas e previdenciários. O movimento pró-impeachment alcançou tal dimensão que o PT, seu governo e aliados não podem contê-lo permanecendo nos quadros da disputa interburguesa. As mobilizações da Frente Popular de apoio a Dilma estão contidas no campo dos interesses da burguesia e da camisa de força da democracia oligárquica.

Há que se lutar com todas as forças pela independência política da classe operária, como tem feito dia a dia o Partido Operário Revolucionário em construção. Nossa tarefa é a de combater o golpe e conter o avanço da direita a partir das reivindicações próprias da classe operária e demais oprimidos. Somente as massas exploradas, mobilizadas a partir de suas reivindicações e com seus próprios métodos de luta, pondo em pé os Tribunais Populares, será capaz de julgar e punir a corrupção da burguesia e de seus partidos. Está colocado constituir uma frente única sindical e política em defesa da vida das massas e contra o impeachment.

14 de março de 2016

Desemprego não para de crescer

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) trimestral, divulgada pelo IBGE, indicam o crescimento da taxa de desemprego no país como um todo (9%) e mostram que são maiores na região Nordeste (10,5%), destacando alguns estados como a Bahia com 12,5%. Revelaram que o rendimento médio real dos trabalhadores (R\$ 1.913) caiu 1,1% na comparação com os últimos trimestres de 2015. O pior rendimento médio também foi nas regiões Nordeste e Norte. Apontam que nos estados nordestinos, os trabalhadores em média recebem R\$ 1.276 mensal, enquanto no Sudeste, R\$ 2.236; no Sul, R\$ 2.066 e no Centro-Oeste, R\$ 2.154.

A crise econômica acentua os desequilíbrios regionais. As regiões mais pobres tendem a se empobrecer mais ainda. E a situação não é pior porque o governo ainda mantém os programas sociais, embora limitados.

Para a maioria oprimida, a defesa dos empregos e do salário mínimo vital (o necessário para manter uma família) se choca com a política das direções sindicais, que é a de submeter as reivindicações dos explorados aos pleitos da burguesia e aos fóruns governamentais. A defesa da independência de classe e os métodos da ação direta são fundamentais para enfrentar a ofensiva dos capitalistas. A redução da jornada de trabalho (escala móvel das horas de trabalho), a estabilidade no emprego e o fim da flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, banco de horas, PPE, etc.) permitem unir a maioria explorada.

Os burocratas vendidos aceitam a chantagem patronal

A General Motors (GM) de São Caetano do Sul impôs a eliminação do reajuste salarial desse ano. Usou a ameaça de demissões para se livrar do reajuste anual. Lamentou a queda das vendas e as dificuldades de corrigir os salários para repor a inflação. O acordo prevê: 1) o congelamento dos salários, com a substituição da correção da inflação, em setembro, por um abono a ser “negociado”; 2) em 2017, teria uma reposição de metade da inflação; 3) o rebaixamento dos 30% pagos como adicional noturno para 20%. Em relação às demissões anunciadas, a montadora colocaria os 1500 operários em lay-off por cinco meses, havendo a possibilidade de esticar por mais dois meses.

Os burocratas do sindicato e da Força Sindical jogam com o terror das demissões e dizem aos operários que as negociações ainda não concluíram. Preparam, assim, as condições para que a assembleia não o rejeite. Caso contrário, deveriam estar organizando as fábricas da GM para responder coletivamente ao acordo da montadora. Está claro que a multinacional fará o mesmo com as outras fábricas. Isoladamente, os operários de GM de São Caetano não teriam condições de derrubar a chantagem patronal e impor por meio da luta a garantia dos empregos e da reposição salarial.

Ocupação com o controle operário das fábricas da MABE

A ocupação das fábricas da MABE se iniciou no dia 15 de fevereiro, após mais de um mês de acampamento. A empresa mexicana de fogões Dako, Continental e eletrodomésticos entrou com o pedido de reintegração de posse. A direção do sindicato metalúrgico vem mantendo a presença dos operários no interior das fábricas, que estão sem salário, sem uma parte do 13º. A ocupação com revezamento objetiva a impedir a retirada de máquinas e equipamentos.

Não é de hoje que a MABE vem demitindo e fechando fábricas na região. Em 2013, fechou a de Itu, demitindo 1300 operários. Agora, entrou com o pedido de falência das duas fábricas (de Campinas e Hortolândia). E diante da ocupação, pediu a reintegração de posse. O administrador da “massa falida”, que é indicado pelo judiciário, propôs à direção do sindicato o funcionamento da fábrica por dois anos, primeiro a de Campinas e depois a de Hortolândia, para que a empresa pudesse pagar as dívidas trabalhistas. Para isso, teria de mudar de CNPJ e cortar parte dos operários. Uma manobra descarada para proteger os capitalistas da MABE.

Essa situação levou a um impasse. Os operários estão vivendo de donativos e usando o refeitório das fábricas para fazer a comida. É preciso dar um passo à frente, quebrando o isolamento da ocupação, por meio de manifestações diárias nas ruas e de solidariedade efetiva de outras fábricas. A ocupação passiva tende à derrota. A defesa de que os operários assumam o controle das fábricas e a coloquem em funcionamento é fundamental para responder a esse brutal ataque contra os empregos.

Demissões na Ford da Bahia

A montadora da Ford em Camaçari, Bahia, eliminou o terceiro turno. Colocou mais de 1000 operários em lay-off e abriu uma ofensiva para que se inscrevam no Programa de Demissão Voluntária. Centenas de operários foram empurrados para o PDV, na tentativa de pegar alguns trocados a mais com a demissão.

O que fez o sindicato? A burocracia da CTB/PCdoB mostrou que foi um avanço a imposição do lay-off e do PDV. Querem que os operários acreditem que após o período do lay-off não virão as demissões. Falso. A montadora continuará ameaçando com as demissões e, caso não obtenha o número esperado pelo PDV, as imporá à força.

O que ocorre na Ford da Bahia é o mesmo que ocorre na GM de São José dos Campos e de São Caetano, na Mercedes, na Volks e demais montadoras. A resposta da classe operária tem de ser a mesma: exigir dos sindicatos que organizem a luta nacional contra as demissões e os acordos malditos de redução do salário e eliminação de reajustes salariais.

É preciso organizar uma campanha nacional em defesa dos empregos, dos salários e das condições de vida dos trabalhadores

A burocracia sindical reclama da crise, esbraveja contra as demissões e lamenta as medidas que destroem direitos trabalhistas, no entanto, não vão além do palavreado. Subordinam as necessidades da classe operária à crise política, que vem desviando a atenção das demissões em massa e das arbitrariedades patronais. De um lado, a direita sindical está alinhada ao movimento pró-impeachment; de outro, a burocracia da CUT está empenhada em salvar o governo Dilma. Enquanto isso, nas fábricas o patronato destrói milhares de postos de trabalho e reduz salários. A ocupação da MABE que deveria ser motivo de atenção é criminalmente isolada pelos sindicalistas. Esse é o resultado da degeneração dos sindicatos e das centrais em aparatos burocráticos, voltados à política burguesa.

Trata-se da vanguarda classista e revolucionária combater no seio dos explorados essa política criminoso. Lutemos pela organização de um movimento nacional de resistência às demissões e ao rebaixamento salarial.

Greve dos terceirizados da COMATIC

Os funcionários terceirizados da empresa COMATIC que trabalham no CEU Cantos do Amanhecer (região do Campo Limpo) entraram em greve no dia 15 de março. A empresa presta serviço de limpeza em mais alguns CEUs da Prefeitura de São Paulo. Estavam sem receber o VR (vale refeição) e o pagamento dos salários, das cestas básicas e do vale transporte estava sendo realizado de maneira irregular. A empresa pagava em um mês, no outro não. Quando fazia o depósito, uma parte vinha no dia 1º, outra no dia 5 e o resto no dia 30. Até material para realizar as tarefas de limpeza estava em falta. Em outras palavras, os trabalhadores se viram obrigados a recorrer ao método grevista para enfrentar o descaso da empresa. Tiveram que sair à luta para defender suas vidas e de suas famílias.

Os trabalhadores são mantidos na total desinformação. Há quem aponte que a empresa sofreu um calote de uma Prefeitura do interior do estado e que estaria falindo. O que supostamente justificaria as dívidas. A Secretaria Municipal de SP alega estar em dia com a empresa. O sindicato (SIEMACO, ligado à UGT) pouco tem feito. A greve permanece isolada. Contatos com as entidades de professores, como o Sinpeem e a Apeoesp, para que fossem enviadas notas de solidariedade e outras medidas de apoio foram ignoradas. O mesmo se deu em relação à CUT e à CSP-Conlutas.

O que se passa com esses trabalhadores não é um caso à parte. A terceirização é um mecanismo de precarização do trabalho. Não há estabilidade, os salários e os benefícios são muito inferiores aos dos contratados diretamente e dos concursados. As chefias deitam e rolam em cima dos trabalhadores, pois estes permanecem sempre sob o risco da demissão. A falência da empresa também não é um caso excepcional. Pelo contrário, é muito comum ver firmas desse tipo fecharem e os trabalhadores ficarem a ver navios. Depois elas reabrem com outro nome, as dívidas ficam para trás e ainda chantageiam os funcionários a pedirem demissão para serem readmitidos na empresa nova, abrindo mão de seus direitos. Muitos, as-

sombrados com a possibilidade do desemprego, acabam aceitando.

É o que está prestes a acontecer com os trabalhadores da COMATIC. A situação é muito grave, uma vez que a Prefeitura, alegando critérios legais, poderá rescindir o contrato com a empresa. Se assim o fizer, terá que constituir um contrato emergencial com outra empresa. Desse modo, as escolas voltarão ao normal e a greve no Cantos do Amanhecer poderá perder força. Ou seja, nesse jogo de gente graúda é o trabalhador que provavelmente sairá perdendo. Não é à toa que a burguesia nacional vem perseguindo o objetivo de aprovar uma lei para ampliar a terceirização (PLC-30/15). Estima-se que os terceirizados recebam em média 30% a menos e trabalhem cerca de 3 horas a mais que os contratados diretamente.

A única maneira dos funcionários da COMATIC evitarem o pior é justamente a greve, a mobilização coletiva. Não se pode poupar nem a empresa, nem a Prefeitura. As exigências devem ser dirigidas a ambas, afinal, o serviço prestado através da empresa serve para garantir condições de funcionamento das escolas públicas municipais em questão. Os dois principais obstáculos estão no caráter conciliatório da direção sindical e no isolamento político. Os trabalhadores precisam projetar seu movimento através do método da ação direta, como os bloqueios de avenidas. Ações de denúncia junto à comunidade ajudarão a sustentar a continuidade da greve. Os apoiadores deverão contribuir com o fundo de greve.

De sua parte, o POR continuará trabalhando para a vitória da mobilização, entregando suas energias para que os trabalhadores consigam manter seus empregos e receber o que lhes é devido. Esse combate deve ser combinado a uma luta mais ampla pelo fim da terceirização, com a contratação de todos esses funcionários sem necessidade de concurso, recebendo o salário mínimo vital. Essa tarefa está intimamente ligada a outra, que tem a ver com a necessidade de os trabalhadores de conjunto enfrentarem os efeitos da crise econômica, colocando em pé uma frente única sindical em âmbito nacional, em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

Servidores Públicos Municipais de Salvador respondem com greve os ataques de ACM Neto (DEM)

Desde o dia 2 de março, os professores da rede municipal de Salvador se encontram em greve, pelo cumprimento da lei 8722/2014, que define a jornada de trabalho, isto é, disponibilizar um terço da carga horária para a atividade extraclasse. Além disso, a EJA está sofrendo duros ataques no município com o fechamento de escolas e outros problemas que interferem no funcionamento desta modalidade de ensino da Educação básica.

No dia 09/03, a greve foi criminalizada, sendo declarada ilegal por uma decisão da justiça. Entretanto, na Assembleia do dia 11/03, a categoria decidiu pela continuidade da greve e que o retorno à sala de aula não é uma decisão que cabe à justiça. Após a assembleia, a categoria saiu em marcha até a prefeitura de Salvador, protestando contra o descaso com a educação pública. Além da ação de judicializar a greve, o secretário municipal de educação Guilherme Bellintani enviou uma solicitação aos gestores para listar os nomes dos professores que estão em greve com o objetivo de desmobilizar a categoria, enfraquecer a greve e punir os grevistas.

No dia 15/03, os professores realizaram uma caminhada da Praça Campo Grande à Prefeitura de Salvador com ato em frente ao Paço municipal, apresentando suas pautas de reivindicações. Estão organizando ações conjuntas com os professores do Estado para realizar atividades durante os três dias de paralisação convocada pela CNTE. Tem ocorrido uma grande adesão das escolas estaduais da Bahia à referida paralisação, o movimento na rede estadual se fortaleceu pois todos os trabalhadores terceirizados do estado que trabalham na rede escolar entraram em greve devido ao atraso dos salários e de outros

benefícios. As escolas sofrem também com a falta de merenda.

Um dos pontos da pauta nacional é exatamente a questão da terceirização. Aqui no estado da Bahia o POR foi a primeira corrente política a defender a bandeira da efetivação de todos os terceirizados, posição que encontrou ressonância nos trabalhadores terceirizados durante a greve da UFBA em 2015. Em todos os espaços de luta dos terceirizados estamos propagandeando esta bandeira, que entra em choque com a defesa que muitas organizações fazem do concurso público para os referidos trabalhadores em situação de relações precárias de trabalho pela via da terceirização, o que importa a sua demissão.

Servidores públicos municipais de Salvador entraram em greve desde o dia 15/03

No dia 10/03, os servidores públicos municipais em assembleia decidiram decretar greve por tempo indeterminado a partir do dia 15/03. Antes de decretar greve fizeram duas reuniões com a secretaria municipal de gestão (SEMGE) e não houve acordo em relação às pautas relacionadas ao reajuste salarial e auxílio alimentação. As categorias do funcionalismo público municipal (saúde, transporte, trânsito e educação) reivindicam reajuste linear de 17% com o propósito de corrigir os efeitos da inflação acumulados nos doze últimos meses. Com relação ao auxílio alimentação solicitam que o reajuste passe de R\$14,00 para R\$25,00. Houve uma concentração em frente à SEMGE que reuniu um número expressivo de servidores em greve e luta. O POR e a Corrente Proletária na Educação expressam toda solidariedade à luta dos servidores públicos municipais de Salvador.

Manobra da direção põe fim à campanha salarial do Sinpeem com acordo rebaixado

O protocolo de 2015 resultou em perdas diante da inflação

Em 2015, Haddad apresentou 10% de reajuste na forma de abono complementar para o piso (primeiras referências da carreira), a ser incorporado em etapas ao salário (5% em maio de 2017 e 4,76% em maio de 2018). A incorporação é importante, pois somente aí reflete sobre toda a carreira. Os demais pontos do protocolo não passaram de letra morta, a exemplo da hora atividade livre dos CEIs (Centros de Educação Infantil), que dependia de aprovação em lei e o Executivo nada fez para cumprir sua promessa. Trocando em miúdos, muitos assuntos ficaram pendentes para a campanha seguinte.

Ainda no segundo semestre de 2015, o 26º Congresso do Sinpeem já se defrontava com a maior parte dos problemas que nortearam a luta atual. O debate em torno do Sampaprev, por exemplo, apareceu desde a abertura do congresso, quando o presidente Cláudio Fonseca interrogou o secretário Gabriel Chalita a esse respeito. A proposta de implementar o regime de Previdência complementar foi alvo de resolução contrária, aprovada pelo plenário. A questão salarial, diante da escalada inflacionária também foi discutida. Esses e outros aspectos debatidos apareceram no documento final do Plano de Lutas da entidade.

Assim, o ano de 2016 iniciou confirmando a essência dos prognósticos feitos coletivamente, de que os trabalhadores teriam de enfrentar a ofensiva mais violenta da classe dominante e seus governos sobre os empregos, salários e direitos. As diversas correntes políticas aparentemente discordavam apenas em relação às explicações para o fenômeno, ao método para resistir e outros pontos relacionados, mas, de maneira geral, quase unanimemente se posicionavam (ao menos da boca pra fora) pela necessidade de enfrentar a ofensiva burguesa.

A proposta do governo de 2016 foi ainda pior

As primeiras reuniões de representantes de escola e do Conselho manifestaram essa suposta unidade. A única corrente que se diferenciou nesse processo foi a **Corrente Proletária na Educação – POR**. Isso porque apontou desde o Congresso que a categoria não podia esperar iniciar 2016 para responder aos ataques. Ficou isolada nessa posição. Nas reuniões do começo do ano ficou novamente sozinha na defesa da constituição de uma frente única sindical em defesa das reivindicações mais sentidas dos explorados, através do método da ação direta e da democracia operária.

A primeira assembleia da greve dos trabalhadores da Educação municipal de São Paulo foi, ao mesmo tempo, a última da campanha salarial. As duas paralisações feitas antes (26/02 e 04/03), no final das contas, não serviram para muita coisa. A direção majoritária do sindicato, representada pela corrente Compromisso e Luta, tendo à sua cabeça o Cláudio Fonseca (PPS), apresentou a proposta do governo à assembleia do dia 09/03 como se fosse um avanço para a categoria. Fez um informe confuso acerca do índice, apresentou a promessa de não aprovação do Sampaprev esse ano como uma grande vitória,

chantageou os trabalhadores com a lei eleitoral (limite até 2 de abril) e ainda impediu a defesa pela continuidade da greve.

O índice de 2016 é menor que o de 2015, que já era ruim, abaixo da inflação. São apenas 7,57%, mantida a forma de abono para o piso, a ser pago em parcelas (maio e agosto) e incorporado em novembro de 2017 (3,78%) e em novembro de 2018 (3,65%). A não retirada do projeto de lei do Sampaprev (previdência complementar) o mantém como uma ameaça, o governo pode aproveitar um momento de desmobilização para implementá-lo. Quanto à lei eleitoral, esta supostamente tenta impor restrições à aprovação de medidas populistas próximas às eleições. Na verdade, acaba por servir de justificativa para a negação de benefícios aos trabalhadores nesse período. Trata-se de pura hipocrisia, pois a máquina estatal continua sendo um poderoso instrumento para a perpetuação das frações burguesas e oligárquicas no poder.

Debilidade da oposição e próximos passos

A manobra da burocracia sindical contou com o apoio aberto de setores da oposição. A Unidade da Oposição compareceu dividida em todas as ocasiões, o que se explica pela inexistência de um funcionamento regular, crítica que a Corrente Proletária na Educação vem fazendo há tempos. Fazem falta as plenárias abertas, o boletim periódico e o trabalho de base. O resultado desse equívoco pode ser visto na última assembleia: Fonseca tinha as mãos livres para golpear a democracia sindical mais uma vez. É urgente a convocação de uma plenária de balanço da Unidade da Oposição sobre a campanha salarial. Não dá pra fingir que nada aconteceu.

Do ponto de vista da continuidade do movimento, a Corrente Proletária na Educação seguirá fazendo a defesa de que se reerga a luta pelas reivindicações. Com o retorno às unidades e a realização de reuniões para dar satisfação às comunidades, se abriu a possibilidade em algumas regiões de realizar esse combate partindo das necessidades locais. Deve-se combinar essa disposição com a continuidade das campanhas gerais. Ainda mais sabendo que uma parcela da categoria, podendo compreender melhor agora a proposta do governo, tendo mais tempo para desfazer a confusão de Fonseca, se encontra insatisfeita, sentindo-se traída. É preciso dar forma política para essa tendência instintiva, colocando em pé novamente a luta coletiva.

Nesse caminho, o problema da democracia sindical terá de ser colocado em pauta. O discurso pessimista e antissindical tem de ser combatido: não foi a luta que levou ao acordo rebaixado, e sim o contrário. Foi a política de conciliação de classes da direção que conduziu a categoria ao erro de abortar a greve. A Corrente Proletária na Educação não deixará de comparecer com sua defesa da constituição de uma fração revolucionária no interior dos sindicatos, como forma de enfrentar a crise histórica de direção, varrendo a pelegada das entidades e dirigindo o combate instintivo da classe desde as reivindicações mais sentidas, fazendo a ponte entre elas e o programa de destruição do capitalismo e construção do socialismo, pela via da revolução proletária.

Rondônia: Apesar das manobras da burocracia, sem reajuste, municipais de Porto Velho aprovam greve!

Lutar pela greve geral dos trabalhadores da educação em Rondônia

Como já havíamos apontado, há uma tendência de luta dos trabalhadores da Educação em Rondônia, tanto na rede estadual quanto na rede municipal de Porto Velho. Na assembleia de 23 de fevereiro, a Corrente Proletária na Educação/POR defendeu a greve como meio de arrancar a pauta de reivindicações protocolada ainda em dezembro, na qual constava, entre os outros, o item de reajuste salarial de 25%, que representava as perdas inflacionárias dos últimos anos.

A burocracia do Sintero, representando as negociações com a prefeitura, se opôs à greve imediata com a justificativa de que o prefeito havia prometido apresentar sua contraproposta em relação aos pontos de pauta no dia 10 de março. Manobrou de todas as formas para esvaziar a assembleia e garantir que, “apenas sem contraproposta”, os trabalhadores entrariam em greve a partir da greve nacional de três dias da CNTE. Pois bem, dia 10, a prefeitura anunciou o que a burocracia já sabia, mas escondeu até então: a incorporação no salário base de uma miserável gratificação de R\$ 80,00 e o cumprimento de uma decisão judicial de equiparação do quinquênio no período entre 2004 e 2009. Ora, a gratificação já existe e o quinquênio é um direito histórico, reconhecido, inclusive, pela justiça; o que de fato, a prefeitura oferecia? Nada.

O resultado não podia ser outro. A assembleia dos municipais no período da “greve da CNTE” rejeitou a “proposta” da prefeitura e manteve a greve por tempo indeterminado. No dia 14, a prefeitura foi notificada e não apresentou contraproposta em relação aos 25% de reajuste. O endurecimento dos governos é tão grande que nem uma migalha do orçamento foi oferecida para contentamento da burocracia traidora. Em 2015, 1% mais R\$ 160,00 de gratificação, dividida em duas parcelas, impediu que a greve fosse aprovada, com toda intervenção da burocracia do sindicato, da CUT e de vereadores do PT e do PCdoB.

É certo que a burocracia esperava qualquer índice para encerrar a greve. Ainda mais que a campanha dos trabalhadores da rede estadual de ensino ainda está aberta. Nos estaduais, o governo apresentou uma contraproposta de aumentar uma gratificação de R\$280,00 para R\$620,00, sem tocar na questão do reajuste de 27,17% exigidos e condicionando à aceitação do horário do módulo-aula (que significa aumento da exploração do trabalho e não cumprimento de 1/3 fora da sala de aula). A burocracia teme

que um movimento conjunto dos estaduais com os municipais se transforme em uma greve geral dos trabalhadores de educação básica em Rondônia. Por isso, nossa tarefa primeira na greve dos municipais é a de exigir assembleias conjuntas dos trabalhadores estaduais e municipais da educação em Porto Velho. Os reajustes salariais exigidos são muito próximos, porque expressam apenas o resgate das perdas inflacionárias, pois que seja esse o ponto de partida para a unidade dos trabalhadores em educação.

Quebrar a política de reajuste zero dos governos é quebrar um dos pilares do “ajuste fiscal”. Os enxugamentos das folhas de pagamento do funcionalismo é parte da política burguesa de enfrentamento da crise econômica, é uma forma de descarregar sobre a parcela dos trabalhadores a crise dos capitalistas e de seus governos. Temos que ter unidade nessa questão. Por uma única política de reajuste imediato, de acordo com as perdas inflacionárias. A unidade deve se fazer por essa defesa dos salários, dos empregos e contra o aumento da exploração de nosso trabalho: essas bandeiras elementares impulsionaram os trabalhadores para colocar na parede o governo Confúcio/PMDB e o prefeito Nazif/PSB e passar por cima da política de conciliação de classe da burocracia que dirige o Sintero.

Além de exigir e conquistar as assembleias conjuntas, para garantir uma greve pela mesma pauta de reajuste, temos também imediatamente que exigir a formação dos comandos de greve e de negociação, a partir das bases, a partir das assembleias. Temos que parar 100% da rede municipal. Isso fortalecerá o espírito de unidade entre os trabalhadores da rede estadual, já que boa parte que trabalha em Porto Velho trabalha nas duas redes. Os piquetes, os atos, as manifestações de rua com bloqueio vão dar visibilidade para o movimento e permitir que avancemos para além das negociações de bastidores entre prefeitura e burocracia do Sintero.

Exijamos a unidade! Fortaleçamos a greve dos municipais!

A Corrente Proletária na Educação/POR atuará para pôr em prática essa luta pelo reajuste e pela unidade dos trabalhadores na educação através da greve massiva.

Não recuemos: 25% de reajuste imediato para os trabalhadores da rede municipal e 27,17% para os trabalhadores da rede estadual. Unifiquemos as lutas: uma só mobilização, uma só greve para derrotar os governos e garantir nossas condições de trabalho e de existência.

Rio Grande do Norte

Governo do Estado afronta comunidade da UERN

O governo do Estado de Robinson Farias (PSD/PCdoB/PT) esteve na UERN em Mossoró para inaugurar oficialmente o restaurante “Popular”. O governador tem implementado uma política de ataque ao funcionalismo estadual e destruição da universidade pública (UERN).

Além de impor um dos maiores arrochos salariais, tem realizado um recadastramento do funcionalismo estadual com objetivo de diminuir a folha de pagamento. Entretanto, o governo não tem intenção de descobrir fantasmas no funcionalismo, pois só a Assembleia Legislativa, da qual Robinson foi presidente durante vários anos, possui cerca de 3 mil funcionários que não trabalham. Se o governo quisesse realmente pegar fantasmas no funcionalismo estadual, bastava fazer um recadastramento na Assembleia Legislativa do Estado. Só com a “demissão” de 669 fantasmas, segundo imprensa televisiva local, o governo vai economizar 15 milhões anuais.

O governo está também fazendo movimentações para privatização da previdência. Primeiro, ainda como vice-governador

de Rosalba Rosado, Robinson Farias compactuou com a união dos fundos de pensão com o fundo financeiro do Estado. Agora, depois de vários resgates do fundo de pensão pública, está editando uma Lei na Assembleia Legislativa do Estado para desobrigar a reposição desses resgates. Esse é um dos primeiros passos para a privatização da previdência. Sem condições de financiar a aposentadoria dos assalariados, imporá o pagamento complementar (privatização).

Na UERN, o ensino superior vive uma de suas crises mais agudas. Com auditórios interditados, atrasos nos pagamentos das diárias dos motoristas que resultou na negação dessa categoria de continuar o transporte dos docentes para os núcleos paralisando as aulas, salas de aulas insalubres em condições térmicas muito quentes, diminuição de bolsas de estudos inclusive dos PIBIDs (atingidos quase a extinção: a diminuição foi muito grande), enfim, uma situação extremamente caótica. O governo do Estado teve o desprazer de aparecer na UERN para inaugurar o seu “Barriga Cheia” (Restaurante “Popular”).

O movimento docente atendeu ao chamado de sua direção e, junto com os estudantes, receberam o governador com uma grande manifestação. A manifestação contou com maioria estudantil. Nem toda a direção estava presente, como foi notório a ausência do seu presidente, vice e tesoureiro que são os mais ativos. Do lado estudantil, estavam presentes as duas chapas para o DCE: a chapa 1, dos governistas; e a chapa 2, da oposição liderada politicamente pelo PSOL/LSR.

Os estudantes governistas apareceram em virtude das eleições do DCE. Com receios de perder votos, vieram para a manifestação, mas sem o objetivo de confrontar o governo. A ex-presidente do DCE, Kizomba/PT, tentou provocar o membro do POR para criar um factóide e acusá-lo de machismo. Mas não conseguiu. Não é possível lutar contra o governo defendendo os direitos do funcionalismo estadual e a sua sobrevivência e da sua família, defender a universidade pública e ao mesmo tempo pertencer aos quadros do governo. A Juventude do PT (JPT/Kizomba) não engana aos estudantes mais atentos.

Cercado pelo movimento, a guarda do governo, da prefeitura municipal (PSD/PT) e da Reitoria (Pedro Fernandes, grupo político de Rosalba Rosado) forçaram a passagem entre os manifestantes e assim provocaram o confronto. Barrados em

sua passagem, sob as palavras de ordem “O Governo não passou”, os manifestantes obrigaram o governador a recuar até uma sala do Centro de Convivência.

Nesse instante, ao invés do movimento avançar, exigindo que o governador fosse embora da UERN pois não era pessoa bem-vinda, em virtude de suas políticas contrárias à comunidade universitária e ao ensino superior, as direções do movimento docente e estudantil demonstraram sua fraqueza política. Exigiram do governador acudado a marcação de uma audiência. Ora, já tivemos várias audiências com o governo, já sabemos sua resposta, não adianta mais conversa. O que temos a fazer é realizar a luta por nossos direitos e pressionar o governo.

O governador foi deixado em paz sem se marcar a data para a audiência. As direções se contentaram com uma promessa de data e um encontro a tarde na Reitoria com o governador que não ocorreu. Pois Robinson Farias (PSD) suspendeu sua agenda em Mossoró e antecipou sua volta a Natal.

Com essa política as direções conduzirão o movimento de luta para novas derrotas. É preciso dotar o movimento de uma direção baseada na ação direta e na luta contra o governo. Somente um movimento estudantil e docente com uma política proletária, é possível vencer o governo e conquistar as reivindicações dos explorados.

Novo corte no MEC em 2016 estrangulará as atividades nas IFE

Após o carnaval, o governo federal anunciou os cortes no orçamento para o ano de 2016. Entre os ministérios mais afetados, novamente está o Ministério da Educação, com de mais de 1,300 bilhão de reais. O corte atual se junta ao que ocorreu em 2015, acima dos R\$10 bilhões e coloca em situação mais crítica toda a rede federal de ensino, das escolas técnicas às instituições de educação superior.

Lembremos que o orçamento previsto para 2015 apontava que o MEC teria 48,81 bilhões de reais. Ao longo dos primeiros meses de 2015, houve contingenciamento na liberação de verbas e, em seguida, a partir de maio, o corte anunciado que seria na ordem de R\$9,42 bilhões. Em dezembro de 2015, chegou-se ao número oficial de mais de R\$10,9 bilhões de cortes no orçamento do MEC.

Para o ano de 2016, o orçamento previsto era de 32,8 bilhões, ou seja, quase 33% inferior ao previsto em 2015. Aí está o peso do ajuste fiscal, corte de 1/3 do orçamento nas verbas para a educação. Entretanto, a situação, como sabemos, é mais drástica, porque, assim como em 2015, o corte final foi maior do que o anunciado. É certo que não será apenas R\$1,3 bilhão que deverá ser cortado em 2016. Se assim o for, o orçamento final do MEC em 2016 será de R\$31,5 bilhões; quase R\$7 bilhões a menos do que o efetivado em 2015 (menos de 38 bilhões).

O impacto nas universidades e institutos federais

O mesmo retrato do início de 2015 se projeta em cores mais fortes para 2016. Denúncias de cortes e atrasos de bolsas nas universidades, de não repasse de verbas para custeio e manutenção dos prédios, diminuição nas verbas das agências de fomento à pesquisa, têm sido constantes. Tudo isso conforma uma sangria à educação federal que a greve das universidades e institutos em 2015 não conseguiu conter.

Já há ocupações de reitoria por estudantes em virtude dos atrasos das bolsas, a exemplo da Universidade Federal do Sergipe, realizada em fevereiro. Há também manifestações públicas de fóruns de programas, como o PIBID (Programa de Iniciação à Docência, que atua nos cursos de licenciatura) e entidades, como a ANPED (Associação de Pós-Graduação em Educação), denunciando o fim de programas, o corte de verbas, o atraso e a situação de descalabro que vem amedrontando centenas de milhares de bolsistas da graduação e da pós pelo país. Trata-se, no entanto, de manifestações

isoladas cujo sentido apenas reforça as denúncias conhecidas. Não há ainda em curso uma mobilização geral que tome todos esses problemas como efeitos de mais um ano de ajuste fiscal, de destruição de direitos e serviços praticados pelo governo Dilma.

A privatização em curso como resposta ao desmonte

Paralelamente a essa intensa investida contra o ensino federal, o governo atua para manter o arrocho do funcionalismo (com o mísero reajuste de 5% previsto apenas para agosto), para extinguir o abono permanência dos funcionários que já podem se aposentar e para aprovar leis, como a que estava em discussão em 2015, a PEC 395, que institui cobranças de taxas e mensalidades em cursos de pós-graduação lato sensu e que foi recentemente aprovada já em primeiro turno na Câmara dos Deputados, com a emenda de que se cobrem também cursos de extensão oferecidos pelas universidades.

Combinam-se aí o sucateamento, o arrocho, a destruição mesmo física das condições de ensino e trabalho nas IFE com a possibilidade de ampliar a privatização da educação pública, com as cobranças. O cenário, portanto, não é nada diferente daquele do final dos anos 90, no segundo mandato de FHC, quando algumas universidades federais, sem recursos, levantaram a possibilidade de cobrança de taxas e mensalidades para os alunos da graduação e da pós-graduação. Na ocasião, o movimento estudantil se levantou no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em outros estados para barrar as cobranças. Novamente, apenas um grande movimento que unifique estudantes, professores e funcionários e atue com a estratégia de se unificar com o conjunto dos trabalhadores e da classe operária, em particular, poderá barrar essa ofensiva gigantesca contra as instituições federais de ensino.

Ainda que a greve de 2015 tenha sido derrotada, não é possível a paralisia e o imobilismo. É preciso um forte movimento de denúncia, de reorganização das bases, de discussão dos problemas para impedir os planos governamentais.

Sem uma luta organizada que combata pela greve geral das universidades, do funcionalismo público e que busque construir a greve geral dos trabalhadores, o ano de 2016 será mais nefasto e de maior destruição de direitos do que o ano de 2015. A educação, como outros direitos, será esmagada pela política antipopular, antinacional e pró-imperialista do governo burguês de Dilma.

A luta contra o “desmonte” da USP esbarra no corporativismo e na política das direções, em particular a estudantil

A assembleia geral estudantil de 10 de março teve uma fraquíssima convocação. Alguns CAs, como o da Letras, dirigido pelo MRT (ex-LER-QI), negaram-se a convocá-la, afirmando que se tratava de atribuição do DCE. O local para onde foi convocada (Prainha da ECA) é descampado e a chuva forte inviabilizou a realização ali. O local foi transferido para a História/Geografia, mas somente a militância das correntes ficou sabendo.

Assim, foi uma assembleia de correntes políticas, e minoritária.

Começou com uma manifestação acerca de um ano do assassinato de uma funcionária pelo companheiro. Após vários informes, dentre eles o da realização de um protesto contra o fechamento de vagas nas creches, o Sintusp defendeu a incorporação dos estudantes à paralisação que os funcionários farão no dia 31/03. A seguir, as correntes se manifestaram e também independentes.

A Corrente proletária/POR tomou a palavra para defender a resposta de fato conjunta aos ataques da reitoria/governo, que passa pelo levantamento concreto dos problemas (e não seu uso eleitoral abstrato, como “queremos permanência e cotas”) e pela convocação de uma assembleia geral universitária. Denunciou o seguidismo de assinar embaixo da pauta negociada pelas direções sindicais das universidades paulistas, reunidas no Fórum das Seis, a qual sequer contém a palavra cotas, que foi a bandeira que mais mobilizou em 2015.

O PCO se inscreveu para defender que as lutas na USP deveriam ser secundarizadas neste momento, diante da necessidade de responder à crise política. Que o movimento estudantil deveria concentrar todas as suas forças na defesa do governo Dilma, ameaçado de impeachment pela oposição direitista.

As correntes do PSol, PSTU, MRT e MNN não apresentaram nenhuma resposta à crise da USP. Concentraram suas falas na defesa de posições imobilistas ou eleitoreiras diante da crise política (nem PT, nem direita; Eleições gerais, etc.).

Os independentes criticaram a falta de propostas concretas de ação da maioria das correntes e da defesa das mobilizações agendadas, tais como o protesto pelas vagas nas creches.

Nas propostas, a maioria foi aprovada formalmente. Todos sabem que a direção do DCE (PSol/PSTU) vai jogá-las na gaveta. Algumas propostas foram consensuadas entre a direção e setores da oposição (o MRT chegou a propor, sem levar à discussão sequer no curso que dirige, a de convocação de um Conselho de Centros Acadêmicos – CCA – extraordinário. Quem teve essa ideia jamais presenciou um CCA, que é burocrático e onde atuam forças abertamente de direita).

A proposta mais polêmica foi a de convocação da assembleia geral universitária. Formou-se um grande bloco que foi do PSol e PSTU ao MRT e MNN, todos contra ela. Estão emblocados na defesa de que os estudantes se submetam aos funcionários (subordinados por sua vez aos professores) na campanha salarial.

A outra polêmica foi quanto à nova data de assembleia. A Corrente Proletária/POR defendeu a convocação de nova assembleia no dia 30/03, após assembleias conjuntas dos três setores nos cursos, de forma a elaborar uma pauta bem concreta a ser defendida unitariamente. O grande bloco de correntes se colocou contra, propondo uma nova assembleia para depois de quase dois meses (28/04).

Os interesses que motivaram essa posição são vários, mas destacamos dois deles: manter a subordinação dos estudantes ao Fórum das Seis, porque nessa data a pauta conjunta já estará definida; evitar que as eleições do DCE sejam influenciadas por uma mobilização que divida os estudantes, entre os lutadores e os reacionários. Essa divisão levaria algumas chapas a perderem muitos votos de estudantes de direita insatisfeitos com uma corrente que esteja “fechando” a universidade com greves, etc.

O fato é que os estudantes estarão impossibilitados por suas direções de cumprir o papel de estar à frente da luta conjunta contra o

desmonte da USP. A pauta do Fórum das Seis apresenta-se como pauta conjunta dos três setores, mas de concreto só tem reajuste salarial e aumento do orçamento. As bandeiras de permanência e defesa da universidade são genéricas, por isso não servem para unir os que estudam e trabalham ao seu redor. Bandeiras genéricas não podem ser negociadas ou atendidas pela reitoria/governo. Servem de pretexto para defender a unidade, que na prática será apoio e subordinação.

A reitoria/governo está com a faca e o queijo na mão para evitar a luta conjunta contra o conjunto de suas medidas. Basta oferecer um reajuste salarial e a manutenção do orçamento atual para que não haja greve e os estudantes fiquem à margem de tudo.

A tendência de se repetir um novo junho de 2015 é grande, com os mesmos personagens nos mesmos papéis.

A Corrente Proletária/POR continuará sua luta para que se levantem as reivindicações concretas dos que estudam e trabalham, para que seja convocada a assembleia geral universitária e assim se apurem as contas da USP, se elabore um orçamento que atenda às reivindicações, se varra com a burocracia universitária e se instale um governo tripartite para aplicar esse orçamento, eleito diretamente, com revogabilidade de mandato e subordinado à assembleia geral universitária.

Assembleia da Letras aprova política imobilista

Na assembleia da Letras, curso com CA dirigido pelo MRT, a maioria das propostas foi aprovada formalmente, como na assembleia geral da USP. Uma polêmica importante foi a bandeira que os estudantes devem levar ao ato. A direção do CA (MRT) defendeu a bandeira “nem com a direita, nem com o PT, junto aos estudantes do Rio em luta”. O PSTU defendeu a bandeira de “Fora Todos, Eleições gerais”. O POR defendeu a bandeira de “Combater o golpismo, sem defender o governo antinacional e antioperário, pela independência de classe, mobilizar as massas ao redor de suas reivindicações e métodos de luta, somente as massas mobilizadas em seus Tribunais Populares serão capazes de julgar e punir a burguesia e seus partidos corruptos”.

Venceu a proposta da direção do CA (MRT). Mas é preciso dizer que venceu de forma oportunista, porque a bandeira do MRT não é essa. O MRT defende, além do “nem direita, nem PT”, a convocação de uma assembleia nacional constituinte, que é uma resposta que passa pelo interior da democracia burguesa e de suas instituições, como o PT. Calou-se sobre ela para fazer aprovar uma linha imobilista, pois somente nega o apoio aos dois lados em disputa, mas não tem resposta independente à crise política. E votou contra uma proposta dela que é comum com o POR, que é condenar o impeachment e as medidas arbitrárias da justiça contra o PT.

O PSTU se diferenciou por apresentar sua proposta: Eleições gerais. Mas quem convocará essas eleições gerais? O mesmo parlamento que derubaria Dilma pelo impeachment. Assim, a posição do PSTU faz bloco com a direita golpista. O PSTU também aponta a via da democracia burguesa e das eleições manejadas pela burguesia como saída para a crise.

É preciso ressaltar que o MNN foi quem primeiro destacou a proposta, mas não apresentou alternativa, abstendo-se da votação. A posição do MNN é a da defesa da prisão de Lula. Faz bloco com a direita mais reacionária e com a classe média alta, que aspiram que a Justiça prenda o maior líder do PT. Consideram que o PT acabou., descartando qualquer possibilidade futura de que o PT possa continuar servindo à burguesia como amortecedor da luta de classes.

As resoluções positivas foram aprovar na assembleia a paralisação do dia 31, com piquete (cadeiraço), a participação no ato pelas creches dia 18/03, a cobrança para que o CA busque a organização de uma assembleia dos três setores no curso e a formação de uma comissão unitária que levante as reivindicações concretas (de falta de professores, etc.). A Corrente Proletária/POR vai impulsionar essas medidas.

Ato de lançamento do livro **Socialismo e Barbárie e em comemoração ao Dia Internacional da Mulher**

No dia 06 de março, o POR fez um ato de lançamento de seu novo livro **Socialismo ou Barbárie**, que traz as análises da luta de classes mundial de 2010 a 2015. Um primeiro lançamento havia sido feito no Congresso do partido, em janeiro, mas uma nova atividade foi marcada para agregar contatos e simpatizantes. A exposição inicial partiu da caracterização de que “**Socialismo ou Barbárie**” é uma constatação histórica já que a barbárie já se manifesta em nossos dias. Porém, não é a mesma barbárie pré-capitalista decorrente da escassez, mas sim a barbárie capitalista, decorrente de um modo de produção que desenvolveu as forças produtivas ao ponto de satisfazer todas as necessidades da humanidade, porém, por suas relações de produção, leva a uma concentração cada vez maior da riqueza produzida socialmente em poucas mãos. Hoje, chegamos a uma tamanha desigualdade social que 1% da população mundial detém a mesma quantidade de riqueza que 99%.

Assim, a lei da acumulação capitalista leva o aumento da riqueza em um polo ao mesmo tempo em que cresce a miséria em outro. O período tratado no livro traz justamente a sequência da crise econômica mundial e o processo de destruição maciça de forças produtivas, com aumento do desemprego, fechamento de fábricas, destruição de direitos, intensificação da exploração e o aumento de tendências bélicas.

Nas falas, foi destacado o quanto o imperialismo mascara seu intervencionismo com o pretexto da “guerra ao terror”, seja impondo legislações de criminalização às lutas sociais em todo o mundo ou aumentando a escalada contra o Estado Islâmico. Demonstrou-se que o jihadismo é resposta à opressão nacional sobre os países semicoloniais, porém o método do terrorismo e o programa obscurantista religioso são estranhos ao proletariado. Diante do confronto entre nação oprimida e opressora, porém, o POR não hesita em colocar-se ao lado da nação oprimida, ou seja, do Estado Islâmico, contra a ofensiva militar do imperialismo.

Os militantes e simpatizantes presentes destacaram que as massas têm saído à luta, protagonizando greves gerais, grandes manifestações e até mesmo insurreições populares, como vemos na Europa, Estados Unidos, norte da África e Oriente Médio. Porém sua revolta não consegue se transformar em consciência revolucionária. As direções reformistas mostram seus limites, como o Syriza, na Grécia, que concluiu capitulando diante dos planos de austeridade e agora enfrenta novas greves gerais. Salta aos olhos a falta de um partido mundial da revolução socialista. O retrocesso da degeneração e fim da III Internacional não foi superado. Permanece a tarefa de reconstruir a IV Internacional, a partir da base programática do programa de transição.

A situação da mulher no Brasil

Na segunda parte, foi feita uma exposição sobre o Dia Internacional da Mulher, sua origem socialista e o exemplo das operárias e camponesas Russas que em 8 de março (23 de fevereiro no calendário russo) marcharam por suas reivindicações mais sentidas: fim da fome e da guerra e se entroncaram com o programa proletário da revolução socialista.

Os ataques mais recentes às mulheres são o surto de microcefalia, que reforça a necessidade de uma campanha nacional pelo direito irrestrito ao aborto, garantido pelo Estado; e a reforma da previdência que pretende aumentar o tempo de trabalho de todos e eliminar a distinção do tempo de serviço de homens e mulheres.

Foram apresentados os dados sobre a mulher e o trabalho, sobre a falta de proteção à maternidade, e ao peso da “**escravidão no lar**”, com uma jornada doméstica de cerca de 22 horas semanais. Isto leva a terem uma jornada remunerada menor, salários 26% mais baixos e diante da crise são as primeiras a serem demitidas. A barbárie capitalista se manifesta na violência doméstica, nos estupros e assassinatos de mulheres.

Nas falas dos militantes presentes, foi destacada a via de libertação da mulher da escravidão do lar, com a incorporação de todas à produção social e que o Estado assuma as tarefas de reprodução da força de trabalho, que hoje caem sobre os ombros das mulheres, com a garantia de creches, restaurantes, lavanderias, etc. A experiência soviética foi evocada mostrando que sob o sistema capitalista não há nenhuma via de libertação da mulher. Os companheiros destacaram que é preciso acabar com a família como célula econômica, que ocorrerá na sociedade comunista.

As leis conquistadas, conforme destacaram os camaradas, servem mais para mostrar os limites das legislações. O Brasil tem uma das leis de proteção às mulheres mais avançadas, porém isso não impediu que os casos de violência crescessem após a aprovação da lei Maria da Penha ou que os assassinatos de mulheres diminuíssem após sua tipificação como crime hediondo.

A via de solução por meio da educação/coerção que é adotada pelos governos e organismos imperialistas leva as correntes centristas a deformações, como as do PSTU, que passou a defender o armamento das mulheres em geral para enfrentar a violência doméstica e os estupros, com financiamento do Estado e treinamento das associações de classe das polícias civil e militar.

O caminho apontado pela militância porista é o de mostrar a raiz de classe da opressão da mulher e lutar para separar as massas femininas da influência das igrejas, da burguesia e da pequena-burguesia para que possamos derrubar o sistema capitalista, com todas suas mazelas e barbárie, e edificar a sociedade socialista. Neste sentido, os presentes se organizaram para atuar nas manifestações do dia 8 de março.

O ato político se encerrou com a leitura do manifesto “Por um Dia Internacional das Mulheres classista e revolucionário”. Os presentes fizeram uma saudação com os punhos cerrados.

Situação política

Ao final, diante do agravamento da crise política com a prisão de Lula, abriu-se um breve momento de debate em que foi manifestada a condenação da “**condução coercitiva**” de Lula como parte da ofensiva golpista da direita. Porém, reafirmamos que o terreno no qual o golpismo deve ser enfrentado é o da independência de classe.

8 de março em São Paulo

Burocracia petista dividiu a manifestação

Estava certo que haveria um ato unificado da Conlutas, CUT e CTB no dia Internacional das Mulheres. Próximo do horário da manifestação, a CUT e a CTB instalaram o carro de som e levantaram a bandeira de “Somos todas Dilma”. Conforme chegavam os movimentos populares, as mulheres eram identificadas pelo coleto lilás “Somos Dilma”. Uma barreira de sindicalistas cercou o carro de som e a monumental faixa “Somos todas Dilma” se impôs como palavra de ordem.

As mulheres dos movimentos, controlados pelos petistas e pedecobistas, se revezavam no carro de som exaltando o governo Dilma e defendendo a democracia e o “Estado de direito” contra o golpe. No momento em que a Conlutas/PSTU (organizador do ato) subiu no carro de som e iniciou seu pronunciamento e a militância ergueu a bandeira “Nem Dilma, nem Aécio, nem Temer, nem Cunha...”, os bate-paus arrancaram a oradora do PSTU da tribuna à força. Imediatamente iniciaram a passeata. O Partido da Causa Operária (PCO) apoiou essa conduta da burocracia e se colocou por trás da faixa “Somos todas Dilma”.

Diante de tamanha truculência e manobra, a Conlutas e setores que a apoiam cindiram o ato e iniciaram outra marcha em sentido contrário. Assim, o ato unificado se transformou em duas manifestações: uma pró-governo do PT e outra das correntes de esquerda, que não estavam unificadas sob a mesma bandeira.

O POR, que atuou no ato com o Manifesto “Por um Dia Internacional das Mulheres classista e revolucionário!” e com as bandeiras do partido, se colocou pela democracia operária, portanto contra a violência e a manobra dos petistas. E, assim, participou

Rio Grande do Norte

Dia da Mulher em Natal e Mossoró: as diferenças de política

O Dia 08 de Março foi comemorado no Rio Grande do Norte (RN) de modo a evidenciar as diversas políticas que estão presentes no movimento dos assalariados.

Em Natal, capital do Estado, o Dia foi marcado pela manifestação de rua da Frente de Mulheres. Na manifestação, estiveram presentes mulheres do PSTU, Levante Popular, PT e PSOL/Juntas. Caracterizou-se pela política pequeno-burguesa e, por isso, entre outras coisas sexista. As palavras de ordem dominante giraram em torno da denúncia do machismo, principalmente caracterizado como atos de violência contra a mulher, a defesa do corpo feminino (nada de defesa do aborto) circunscrevendo a uso da roupa que desejar e contra o fio-fio. Nenhuma palavra contra o capitalismo ou a sociedade de classes e, portanto, a defesa do socialismo. A palavra de ordem mais classista foi a denúncia de que o corpo da mulher não era mercadoria.

O POR esteve presente com seus militantes homens e mulheres, tentando dar um caráter classista ao movimento do dia 08 de março, defendendo o programa marxista de emancipação da mulher (creches, aborto, restaurante e lavanderias públicas, etc) que exige o fim do capitalismo e a construção da sociedade sem classes, o comunismo.

Em Mossoró, o POR participou da atividade pela manhã convocada pela direção do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) que congrega o funcionalismo público da educação básica. Dirigido pelo PT, a assembléia convocada em come-

da marcha da Conlutas. Usou a tribuna do ato para defender a posição do partido em relação à opressão sobre as mulheres e ao golpe direitista. A intervenção abarcou dois pontos. Eis sua essência:

1. Iniciou com a defesa da legalização do aborto e com a responsabilização por parte do Estado de todas as crianças com microcefalia. Afirmou que o peso das desigualdades e das discriminações recai quase que inteiramente sobre as mulheres pobres e miseráveis. Criticou a política que separa aspectos da opressão de seus condicionamentos econômicos e de classe, que separa o movimento das mulheres do movimento da classe operária e o confina em si mesmo, em busca de soluções governamentais. Defendeu os direitos como o do aborto, trabalho igual, salário igual, jornada de trabalho diferenciada, plena proteção à maternidade, fim de todas as medidas discricionárias que alijam a mulher do trabalho, escolas e creches públicas, restaurantes e lavandeiras públicas, como direitos gerais que unificam os oprimidos – mulheres e homens – contra a exploração do trabalho e as suas brutais consequências sociais. E concluiu dizendo que a luta pelos direitos das mulheres no capitalismo somente é consequente e avançará se estiver sob o objetivo histórico de fim de todo tipo de opressão de classe.

2. Em relação ao golpe, denunciou as ações direitistas para casar o mandato do governo Dilma. Mostrou a incapacidade do PT de se defender diante da reação. Colocou a importância da luta pela independência da classe operária e demais oprimidos diante das disputas interburguesas. Ressaltou o combate pelas reivindicações (emprego, salário, direitos trabalhistas e previdenciários) e a necessidade de pôr em pé a frente única sindical.

moração ao dia da mulher foi festivo, com um café da manhã. Em greve pelo pagamento do piso nacional, a direção do Sinte recusa-se a realizar a luta em defesa da educação pública. As escolas estão sendo sucateadas, mas os petistas querem proteger seu governo cobrando algo que têm certeza o governo irá cumprir.

À tarde houve a Marcha Mundial das Mulheres, também dirigido pelo PT (ex-membros da Democracia Socialista), que realizaram uma caminhada em defesa do governo Dilma (PT), posicionando-se contra o impeachment ao defender a democracia burguesa e a legalidade institucional capitalista. Ou seja, com política claramente burguesa.

À noite, o POR organizou um debate sobre as ideias marxistas em relação à opressão da mulher na UERN que foi bastante concorrido. O membro do POR apresentou as ideias de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Lora, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin contidos no seu folheto “A mulher no processo revolucionário”. Com a sala de aula cheia, foi um momento extremamente militante, discutindo o programa e a luta revolucionária contra a sociedade de classes, atualmente, capitalista. Na ocasião, foi proposta a continuidade da discussão através do estudo dos livros desses autores sobre a questão da mulher. Ao mesmo tempo, os membros do POR presentes convidaram os presentes para o estudo do texto de Alexandra Kollontai, atividade que dar continuidade à comemoração do POR sobre o dia da mulher.

Nesta edição:

- 40 anos do golpe fascista da Argentina
- Bolívia: Boletim revolucionário distribuído na marcha fabril nacional de 17 de março
- Prévias nos EUA mostram manifestações da crise mundial sobre a disputa política
- A importância do artigo “Por onde começar?”, escrito em maio de 1901, por Lênin

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Manifesto do Partido Operário Revolucionário/POR

40 anos do golpe fascista da Argentina

À classe operária, aos camponeses, aos explorados e à juventude oprimida.

Em 24 de março, a derrubada do governo de Isabel Perón completa 40 anos. O peronismo tem uma longa e profunda história na Argentina. Encarnou o nacionalismo burguês. Suas raízes se encontram no início dos anos 40. É com o golpe de 1943 que o general Juan Domingo Perón se eleva ao poder. Três anos depois é eleito presidente da República Argentina. Nas eleições de 1951, é reeleito e deposto por um golpe militar em 1955. Os anos seguintes também são marcados por crises e mudança de governos pela via do golpe. Perón volta do exílio e torna-se presidente eleito em 1973, pelo Partido Justicialista. Com a sua morte, assume sua mulher Isabel. A decomposição política do peronismo exalava por toda a Argentina. Gestou-se mais um golpe militar, liderado pelo general Jorge Rafael Videla. No entanto, distinto dos demais por seus traços fascistas, pró-imperialistas e genocida.

Sem dúvida, os argentinos recordarão esta data com ódio às prisões, torturas e assassinatos. Recordarão os milhares de mortos, desaparecidos, torturados e mutilados. Os 40 anos do golpe serão motivo de repúdio operário e popular. Certamente, ativistas sindicais e as organizações de esquerda se pronunciarão diante do dia 24 de março de 1976 como uma data que enluta a Argentina. Mas, também o farão o governo Macri, o parlamento e demais instituições da burguesia. Veremos depoimentos dos partidos burgueses, dos capitalistas, da Igreja e dos burocratas sindicais, isto é, de todos os que apoiaram e colaboraram com o golpe e a ditadura.

Nesse marco comparecerá mais uma vez a tese burguesa de que não existe a luta de classes em se tratando da defesa

da democracia e da condenação do terrorismo de Estado que desgraçou o país. Porém, é necessário rejeitar essas manobras e dizer que o golpe comandado pelo general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Massera e o brigadeiro Orlando Agostí configurou um golpe contrarrevolucionário, visando a proteger a grande propriedade privada dos meios de produção, os interesses do imperialismo e o domínio da burguesia sobre a maioria dos argentinos. As massas exploradas avançavam contra o regime burguês. Potenciava-se a luta de

classes com os precedentes levantes operários e estudantis na cidade de Córdoba, em 1969. É preciso, portanto, rejeitar e denunciar a tentativa de atribuir ao golpe fascista um desatino das Forças Armadas. Em absoluto, a junta militar que aboliu a democracia e estabeleceu a ditadura foi um instrumento da burguesia argentina e do imperialismo. É dever revolucionário distinguir os exploradores dos explorados e rejeitar a defesa da democracia burguesa, como se não servisse ao exercício da ditadura da classe capitalista. É evidente que as forças reacionárias e os golpes se gestam nas entranhas da débil democracia burguesa.

Os empresários que lucraram com a ditadura e entregaram seus operários à repressão, os funcionários cúmplices da repressão e que sobreviveram enquistados no seio das instituições burguesas (deputados, senadores, juízes, etc.), a grande

imprensa que se pôs servilmente a serviço dos genocidas, a sobrevivência da burocracia vendida e servil ao terrorismo de Estado, assim como a burguesia imperialista que organizou o golpe e sustentou a ditadura, hipocritamente dirão que houve excessos na derrubada do governo constitucional e os generais violaram os “direitos humanos” e a “democracia”.

A ditadura será apenas lembrada pelos capitalistas como



El derecho de huelga quedó suspendido temporariamente



Habrán clases primarias y funcionarán los bancos

um trágico episódio que respondeu às condições de um passado longínquo. E que já não existe o perigo de novos golpes porque as Forças Armadas se tornaram um instrumento da democracia. O presidente Mauricio Macri se colocará como mais um defensor das instituições, ocultando que sua família ergueu um império empresarial parasitando as obras públicas e licitações espúrias da ditadura. Nada dirá sobre sua família que serviu de apoio às medidas econômicas antinacionais e antipopulares que empurraram para a pobreza e a miséria milhões de argentinos. Que constituíram junto ao restante das frações burguesas e as novas camadas das classes médias que parasitaram do orçamento público uma sólida base social para a ditadura. E fundamentalmente nada dirão de sua cumplicidade em manter a estrutura repressiva herdada da ditadura e que sobrevive no seio das instituições para esmagar os explorados e manter a ditadura da classe que ele representa, como aliás o fizeram os partidos que o precederam na chefia do Estado.

Diferentemente da burguesia, as massas exploradas lembrarão com ódio o golpe e a ditadura, aos genocidas e seus cúmplices. Dos 30 mil assassinados e desaparecidos, 30% eram operários, 21% estudantes, 18% empregados, 5,7% docentes e 10,7% profissionais. Nos anos que precederam o golpe, a ofensiva dos explorados impedia os capitalistas de avançarem em seus planos de atacar as condições de da maioria. A classe operária expressava sua força social revolucionária ocupando as fábricas. Ganhavam influência as tendências classistas e antiburocráticas nos sindicatos. Começava a se erguer o embrião de um organismo capaz de disputar o controle da produção aos capitalistas: as Coordenadoras Interfábricas, que constituíam um germe de duplo poder operário diante do regime burguês.

A burocracia sindical, por sua vez, demonstrava-se incapaz de frear as tendências classistas nos sindicatos e eram expulsos das fábricas e das comissões internas. E o governo peronista era incapaz de centralizar as forças burguesas e seu partido achava-se profundamente dividido em frações antagônicas.

A ascensão operária e popular, no entanto, se desenvolvia em meio à crise de direção revolucionária e ao agravamento das tendências contrarrevolucionárias no seio da burguesia. Ou a classe operária avançava à luta de classes e extraía de seu seio uma vanguarda capaz de projetá-la à luta pelo poder,



ou a burguesia barrava sua ascensão revolucionária afogando-a em sangue. A situação em que se defrontou a revolução e a contrarrevolução pôs à luz dos trágicos fatos a crise de direção revolucionária.

A burguesia se colocou pelo objetivo de abortar as experiências de independência da classe operária e dizimar sua vanguarda. Para o imperialismo, tratava-se de criar as condições para impulsionar seus planos de desnacionalização, aprofundando a submissão do país aos seus ditames e avolumando o saque das riquezas naturais. Nesse marco, ganhou força e abriu-se caminho para a política contrarrevolucionária da burguesia mundial. Fortaleceu-se a coordenação das forças de segurança das semicolônias através do Plano Condor, em torno do qual se uniram os aparatos das ditaduras militares e de governo reacionários latino-americanos, amparados e coordenados pelos Estados Unidos. A ditadura na Argentina expressou, em sua essência, a violência contrarrevolucionária imperialista, aplicada às particularidades da luta na Argentina. Os governos miliares do Brasil – do general Emílio Garrastazu Médici e general Ernesto Geisel – estiveram envolvidos nos golpes militares da década de 70 na América do Sul. A burguesia brasileira deve ser responsabilizada por ter apoiado o golpe genocida.

Em seu fundamento, o golpe foi definido pelo poder dos monopólios que controlam os ramos chaves da economia argentina e da América Latina. Está aí porque o imperialismo condicionou o curso geral das medidas econômicas da ditadura. Não se pode desvincular o caráter genocida do golpe e o uso dos métodos do terrorismo de Estado dos ditames dos monopólios. Repetimos: o golpe e da ditadura fascista responderam à preservação da grande propriedade privada monopolista, ameaçada pelo avanço do proletariado e dos explorados contra o regime burguês.

O movimento pelo fim da ditadura ganha força após a Guerra das Malvinas em 1982. No entanto, assume a forma e o conteúdo burguês da redemocratização. No ano seguinte, a Argentina passava a ter um governo eleito. A União Cívica Radical (UCR) pró-imperialista volta ao poder. O presidente Raúl Afonsín se viu obrigado a se pronunciar sobre os crimes da ditadura. Nem bem ameaçou a processar alguns dos militares, enfrentou uma revolta dos quartéis, cujos insurretos ficaram conhecidos por “caras pintadas”. O governo procurou

aplaçar a insubordinação limitando as punições a membros do alto escalão das Forças Armadas. Evidenciava assim que o retorno do regime constitucional somente seria possível se não tocassem a fundo nas instituições da ditadura, a principal delas eram as Forças Armadas. O peronismo conquistou o poder com a eleição de Carlos Menem, em 1999. Mais uma vez, o governo foi obrigado a se curvar diante dos militares. Se não fosse a permanente luta popular pela aparição dos desaparecidos e pela punição aos genocidas, levada a cabo por organizações de direitos humanos, ativistas sindicais e correntes de esquerda, não haveria sequer um processo limitado, como de fato ocorreu. O número de genocidas presos não ultrapassa uma centena. Enquanto que 5 mil são os presos políticos sob os governos eleitos, como resultado da ação repressiva aos movimentos populares, desde a democratização burguesa.

O longo período de democracia burguesa que se abriu em 1983 tem demonstrado que serve muito bem aos interesses gerais da burguesia, em um momento que o proletariado ainda não se recuperou dos golpes desfechados pela repressão e da gigantesca desorganização de sua vanguarda. O peronismo completamente desfigurado acaba de dar lugar à direita entreguista, representada pelo empresário Mauricio Macri. É um sintoma de que a crise política continuará avançando e a burguesia exigirá um governo de ferro para enfrentar as massas, que em 2002 ganharam as ruas, derrubaram uma sucessão de governos, até o poder peronista com a eleição de Néstor Kirchner, em 2003. A Argentina durante todo esse período esteve acoçada pelos credores internacionais. O governo Macri acaba de fazer a concessão mais vergonhosa aos “fundos abutres”. Esse é mais um acontecimento que mostra a incapacidade da burguesia de impor a independência do País. O domínio imperialista foi uma das causas fundamentais do golpe fascista de Videla e da constituição da ditadura militar. E continuou tendo a mesma presença no regime constitucional. Não há dúvida de que a luta pela independência da Argentina é decisiva para acabar com a influência peronista sobre os explorados, quebrar a espinha dorsal dos partidos serviais do imperialismo e varrer do poder a burguesia entreguista. É por essa via que se limpará o sangue dos mártires



que enfrentaram o golpe de 24 de março.

A vanguarda tem pela frente a tarefa de resolver a crise de direção revolucionária. O que significa pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista, condição para que a classe operária conquiste a independência e se torne a força social capaz de dirigir a revolução de maioria nacional. Essa tarefa depende de uma profunda compreensão das experiências com o nacionalismo burguês, em sua forma política peronista, e com as do foquismo, que arrastou parte significativa da vanguarda ao aventureirismo pequeno-burguês. A todo momento devemos denunciar o genocídio e honrar a memória daqueles que tombaram lutando. A melhor forma para isso é organizar a luta dos explorados sobre a base do programa da revolução proletária. A conquista do poder pela maioria nacional permitirá que a ditadura do proletariado acerte contas com o passado de rios de crimes e derramamento de sangue praticados sob a ditadura de classe da burguesia.

A vanguarda proletária e todas as correntes que se reivindicam da revolução têm o dever de dizer aos explorados que não haverá justiça nem se avançará na punição contra os genocidas e seus cúmplices até que a classe operária, dirigindo a maioria nacional oprimida, expulse o imperialismo, exproprie-se da grande propriedade privada, destrua a estrutura repressiva do regime burguês e avance à punição dos crimes de seus exploradores com os Tribunais Populares. Certamente, o proletariado e sua vanguarda não terão de começar do zero. Na base de sua conformação como classe independente estão as experiências já percorridas pelas gerações anteriores. O que exige, portanto, preparar-se para a revolução proletária e entroncar com o seu partido marxista-leninista-trotskista, que já existe como embrião no Partido Operário Revolucionário (POR) da Argentina.

Classe operária, camponeses, explorados e juventude oprimida da Argentina e da América Latina:

É a nossa tarefa fortalecer e estender o quadro organizativo da direção política do proletariado revolucionário, que existe como embrião no Partido Operário Revolucionário e no Comitê de Enlace!

É necessário não confiar na justiça burguesa nem acreditar que a democracia dos capitalistas apurará os crimes da ditadura. Para apurar e punir verdadeiramente os crimes da burguesia e de todos seus agentes (políticos, sindicais, militares, etc.) teremos de por em pé os Tribunais Populares!

Cedo ou tarde os explorados limparão a Argentina da dor e do sangue que a cobriram!

Boletim revolucionário distribuído na marcha fabril nacional de 17 de março

Ocupar as fábricas e exigir a estatização sem indenização sob o controle operário coletivo das indústrias nas quais os patrões ameacem com demissões ou fechamento.

Diante das reivindicações aprovadas em assembleias, a patronal em todo o país responde dizendo que não tem dinheiro, que estão em crise e que fecharão as empresas se os operários não aceitarem seus salários e também as demissões que sejam necessárias. Os trabalhadores devem responder com a OCUPAÇÃO DAS FÁBRICAS para exigir a sua ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO, SOB O CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO. Se o governo de Morales e seus sócios capitalistas são incapazes de garantir o trabalho, então não merecem ter o controle do Estado e das indústrias. Coloca-se a necessidade da classe operária tomar em suas mãos o poder para pôr as indústrias nas mãos da sociedade.

Governo promove as empresas sociais para liberar os patrões e o governo de sua responsabilidade de dar emprego e para descarregar o peso da crise sobre os trabalhadores.

As empresas sociais se formam quando os trabalhadores da empresa em falência compram a mesma. Os operários devem renunciar aos seus benefícios devidos para que passem a fazer parte do valor que custa a empresa. Além disso, descarregam sobre as costas do trabalhador todas as dívidas que os empresários adquiriram com os bancos e terceiros.

O governo masista e seu Estado burguês são os responsáveis pelo contrabando, só a classe operária pode encabeçar uma verdadeira luta pela defesa da indústria nacional.

A hipocrisia do governo e dos empresários é ilimitada em relação ao contrabando. Muitos empresários importam e contrabandeam produtos em detrimento da indústria nacional; Evo é sócio do governo chinês e permite o ingresso de produtos chineses condicionado a empréstimos. A burguesia e seu governo não protegerão a indústria nacional. Mas, para que estas lutas valham a pena é necessário que as empresas passem para as mãos dos trabalhadores, sejam estatizadas. Por isso, a luta contra o contrabando deve estar ligada a luta pela estatização das indústrias sem indenização.

Por um salário mínimo vital de 8.300 bolivianos, de acordo com os preços necessários para uma família se manter

As lideranças fabris resolveram no ampliado nacional exigir um aumento salarial de 15% e que o salário mínimo nacional seja de 2.000 bolivianos. Assim, a liderança nacional fabril abandonou novamente a consigna de lutar por um salário igual às necessidades de uma família, atualmente de 8.300 bolivianos. Submete-se ao critério burguês de que os trabalhadores não podem pedir mais do que os patrões podem dar. Não se deve esquecer que 2.000 bolivianos não é suficiente para cobrir as despesas de uma família.

Prévias nos EUA mostram manifestações da crise mundial sobre a disputa política

Os resultados das primeiras prévias dos principais partidos que disputam as eleições presidenciais nos EUA surpreenderam. Em praticamente todos os aspectos, os rumos da crise econômica mundial repercutiram. A polarização política, que se expressa nas candidaturas mais radicais à esquerda e à direita, captando os votos principalmente da classe média, mas também de setores da juventude e operários, indica a falta de capacidade de centralização a partir das candidaturas mais ligadas à direção dos partidos. O desenvolvimento da crise mundial capitalista pressiona pela divisão interburguesa, cada fração buscando alternativa para se salvar diante do aprofundamento das tendências recessivas. O fato de afetar a política dos partidos ianques só atesta a grandeza dessas tendências e a dificuldade de descarregar o elevadíssimo custo da crise sobre as massas. A tendência interna aos partidos da burguesia nos EUA reflete um processo de polarização das classes médias no campo da política e das democracias burguesas no mundo todo.

No Partido Republicano, os principais candidatos ligados à burocracia partidária mostraram dificuldade de angariar votos. Bush, Kasich e Gilmore têm perdido espaço para Trump, Cruz e Rubio. Inicialmente, Cruz venceu em Iowa e Trump em New Hampshire. A seguir, as prévias foram cristalizando a hegemonia do capitalista do ramo imo-

bilário e apresentador de TV Donald Trump. O candidato ultraconservador Cruz avançou pouco, mas permanece na disputa. O terceiro colocado, Marco Rubio, que chegou a receber apoio da burocracia de seu partido para derrotar Trump, renunciou à candidatura após ser derrotado em seu próprio estado, a Flórida, e colocou mais incerteza para a conclusão das prévias republicanas. Rubio foi o candidato que mais arrecadou contribuições para sua campanha em Wall Street, centro do capital financeiro mundial. Apesar das elevadas doações, não conseguiu fazer decolar sua candidatura.

A tendência de a disputa se dar principalmente entre Trump e Cruz mostra, de um lado, a dificuldade dos candidatos centralizarem as frações da burguesia imperialista mais direitista ao redor de uma política de resposta para a crise econômica mundial, o intervencionismo bélico, a perda de terreno no mercado mundial e as dificuldades em lidar com governos opositores nos países semicoloniais. De outro, o avanço do discurso mais reacionário e vinculado à indústria armamentista, encarnado pelos candidatos Cruz e Trump. Este último tem defendido medidas como o fim do Obamacare (tratamento de saúde mantido pelo Estado), a proibição de entrada no país e expulsão de imigrantes muçulmanos, além do aumento da repressão em vários assuntos, tais como

tratamento dos imigrantes latinos ilegais e intervenção estatal sobre a comunicação em geral. Sua ascensão expressa a tendência de maior intervencionismo político e militar dos EUA no mundo todo.

Destaca-se nesse processo a formação de um embrião fascista nos EUA, que indica a existência de tendências fascistas em uma fração da burguesia monopolista norte-americana, que se apóia no desespero da classe média e a arrasta para posições de ataques abertos aos imigrantes, aos direitos sociais e à própria democracia burguesa.

No Partido Democrata, Sanders tem surpreendido a candidata Hillary Clinton, que comanda o partido há duas décadas. Logo no início das prévias, Sanders se apresentou com um discurso burguês de esquerda, teve apenas pouco mais de 0,3% a menos de Hillary em Iowa, e a venceu com folga em New Hampshire. Apesar de ser derrotado nas prévias mais importantes de março até agora, ainda postula sua candidatura. A ascensão de Sanders expressa as dificuldades de resposta do governo Obama aos grandes problemas dos EUA e internacionais. Sanders consegue crescer entre a pequena burguesia jovem e desiludida com o governo democrata e assustada com o reacionarismo dos candidatos republica-

nos. Trata-se do deslocamento de parte da classe média, juventude e operários para posições à esquerda. As vacilações da pequena burguesia à esquerda e à direita espelham suas movimentações em face da destruição de suas condições de existência como classe social.

Hillary procura se mostrar como a continuadora das principais políticas de Obama. Espera que a votação tradicional dos Estados do Sul nos Clinton seja suficiente para concluir a disputa entre os democratas e elevá-la à presidência.

Com qualquer resultado, trata-se da disputa entre as candidaturas da burguesia imperialista mais reacionária no mundo. Mantém-se o controle da disputa pelos dois principais partidos do imperialismo. As massas norte-americanas tendem a ser arrastadas por trás dos candidatos da classe dominante, e a confiarem neles para a solução de seus problemas.

A radicalização política das classes médias se desenvolve ainda no campo da democracia burguesa, servindo assim de canal para sua contenção nos marcos do regime capitalista. Suas movimentações, ora à esquerda, ora à direita, expressam a hegemonia política da burguesia e a ausência do proletariado organizado como classe independente.

A importância do artigo “Por onde começar?”, escrito em maio de 1901, por Lênin

Em fevereiro de 1902, que corresponde ao nosso calendário a março, Lênin escreveu o folheto “Que Fazer?” (Problemas candentes de nosso movimento), que assentou uma teoria do partido marxista. Em seu prefácio, explica que se tratava do desenvolvimento das ideias expostas no artigo “Por onde começar?”, publicado no *Iskra*, nº 4, de maio de 1901. Pede desculpas “por ter cumprido tardiamente a promessa feita no respectivo artigo”. Justifica que se dedicou ao trabalho de unificação das organizações socialdemocratas no exterior. Esse intento poderia modificar o caráter do folheto “Que Fazer?”. O fracasso da tentativa comprovou que estava em posições diametralmente opostas duas concepções distintas da revolução e do partido. Lênin ainda esclarece que seu objetivo inicial não era o de recorrer à polêmica. O que não foi possível, uma vez que a corrente adversária, caracterizada pelo economicismo e pelo espontaneísmo, se levantava como um obstáculo intransponível à tarefa de resolver três problemas fundamentais: “acerca do caráter e conteúdo principal da agitação política; acerca das tarefas de organização e acerca de um plano para criar (...) uma organização combativa destinada a toda Rússia”.

A Revolução Russa, que triunfou quinze anos depois, se encarregou de dar inteira razão aos fundamentos do “Que Fazer?”. Esse folheto, sem dúvida, constitui um dos pilares do leninismo. Todo marxista deve estudá-lo a fundo, como guia para a construção do partido revolucionário. O próprio Lênin, posteriormente, aconselhou a considerar “Que Fazer?” na situação particular de construção da socialdemocracia russa. Um cuidado de um cérebro cuja alta teoria sempre esteve solidamente calcada na prática para que a construção do partido marxista em outras latitudes em situações distintas do desenvolvimento da luta de classes não fosse tomado mecanicamen-

te. Essa recomendação deve ser cuidadosamente levada em consideração. No entanto, “Que Fazer?” expressa uma teoria geral do partido. Trata-se de assimilá-la e aplicá-la de acordo com as particularidades do desenvolvimento do proletariado em cada país, conforme o conselho de Lênin.

Como se refere à importância do artigo “Por onde começar?”, antes de expor os aspectos fundamentais da teoria leninista do partido, recorremos ao seu embrião, que é “Por onde começar”.

O artigo se inicia precisamente com a pergunta “que fazer?”. A socialdemocracia russa já havia percorrido um caminho desde o final da década de 80 a princípios de 90. Lênin supunha que se tratava de tomar medidas práticas para tornar a socialdemocracia um partido proletário capaz de dirigir os explorados em toda a Rússia. Entendia que estava diante de um “problema de caráter e dos métodos de luta – fundamental para um partido prático”. Notamos, porém, em “Que Fazer”, que Lênin teve de revelar em toda extensão uma divergência de concepção para iluminar a prática, que apenas havia esboçado no “Por onde começar?”. Ou seja, os obstáculos que os adversários entrincheirados no *Rabócheie Dielo* colocavam à organização do partido se deviam à concepção economicista e espontaneísta, que seria analisada e criticada posteriormente.

No entanto, Lênin já a identifica de forma geral no texto “Por onde começar?”. Reconhece que no fundo estavam presentes “sérias divergências”, que impediam a socialdemocracia dar passos práticos à frente. Eis: “*Por um lado, está ainda muito longe de ter morrido a tendência ‘econômica’, que procura restringir e reduzir ao mínimo o trabalho de agitação e organização políticas. Por outro, a tendência do ecletismo sem princípios continua levantando orgulhosamente a cabeça, adaptando-se a cada nova*

‘corrente’, sem saber distinguir as necessidades constantes do movimento em seu conjunto das exigências do movimento e das tarefas fundamentais”.

Lênin evita nesse momento travar uma luta teórica com os adversários, que mais tarde se definiriam como mencheviques. Observamos que tinha claro que as divergências não se limitavam a uma apreciação das circunstâncias políticas e da tática a ser aplicada. Respondeu à Rabócheie Dielo: *“Para mudar de tática, há que se começar por ter uma tática, e se não existe uma organização forte, provada na luta política, em todas as circunstâncias e em todos os períodos, não é possível nem mesmo se falar de um plano de atividade sistemática, elaborado à base de princípios firmes e aplicado com perseverança, que é o único plano que merece o nome de tática”.*

Lênin se vê obrigado a rechaçar o radicalismo inconsequente dos economicistas e espontaneístas que pretendiam levar a socialdemocracia a ações terroristas. Explica: *“Em princípio, nunca renunciamos e nem podemos renunciar ao terror. O terror é uma das formas da ação militar que pode ser perfeitamente aplicável, e até indispensável, em um momento dado do combate, em um determinado estado das forças e em determinadas condições. Mas o problema reside, precisamente, em que agora o terror não se coloca como uma das operações de um exército em ação, como uma operação estreitamente ligada a todo sistema de luta e coordenada com ele, mas sim como um meio de ataque individual, independente e isolado de todo o exército”.*

Nota-se que aqueles que combatiam a tarefa assinalada por Lênin de constituir o partido revolucionário como “um estado maior de dirigentes e organizadores” pretendiam arrastar a vanguarda para ações terroristas isoladas e à margem do desenvolvimento político e organizativo do proletariado. Em contraposição a esse desatino pequeno burguês, “Por onde começar?” conclui: *“A tarefa imediata de nosso partido não deve ser a de convocar para o ataque, agora mesmo, todas as forças com que contamos, mas convocá-las a constituir uma organização revolucionária capaz de unificar todas as forças e de dirigir o movimento não só em palavras, mas nos fatos, isto é, que esteja pronta para apoiar todo protesto e toda explosão, aproveitando-as para multiplicar e fortalecer os efetivos que serão utilizados para o combate decisivo”.*

A partir daí, Lênin apresentará um esboço das principais tarefas e anuncia que desenvolverá seu conteúdo em um folheto, como de fato o fez e que levará o título da pergunta “que fazer?”, do artigo “Por onde começar”.

A socialdemocracia ainda não havia se constituído, de fato, em um partido. Organizava-se por meio de círculos isolados. O Plano partia dessa realidade. Tratava-se de centralizar as forças da socialdemocracia sobre a base de um programa e de princípios organizativos. Não por acaso, Lênin começa por defender a “criação de um jornal político para toda a Rússia”. A “agitação dispersa” deveria se transformar em “agitação sistemática e geral”. Para isso, era preciso um centralizador e organizador coletivo, que seria uma imprensa revolucionária capaz de “realizar de maneira sistemática um trabalho de propaganda e agitação múltiplo, baseada em sólidos princípios, que em geral constitui a tarefa principal e permanente da socialdemocracia, e que é particularmente vital nos momentos atuais, quando

o interesse pela política, pelos problemas do socialismo, tem despertado nas mais amplas camadas da população”.

A socialdemocracia tinha conseguido um grande feito que era ter “despertado na classe operária a paixão por denunciar as arbitrariedades nas fábricas, as arbitrariedades de ordem econômica”. No entanto, mantinha-se como movimentos locais e dispersos. O passo a ser dado era o de centralizar as forças para impulsionar a luta consciente, socialista. A primeira medida correspondia precisamente a criação do jornal, que expressasse uma única linha revolucionária. Lênin teve a clareza de reconhecer que não era possível constituir uma direção, que fosse o estado-maior da revolução, no momento ainda se tratava da revolução democrática, sem que houvesse um claro vínculo entre a luta pelas reivindicações mais elementares com o objetivo da tomada do poder. O jornal centralizador cumpria essa tarefa, sem desprezar todas as outras formas de propaganda e agitação.

Para concluir, citaremos uma passagem que contém a concepção leninista do partido.

“O papel do jornal não se limita, no entanto, a divulgar ideias, a educar politicamente e a ganhar aliados políticos. O jornal é não apenas um propagandista e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Neste último sentido, pode comparar-se a um andaime levantado em um edifício em construção, que marca seus contornos, facilita o contato entre os diversos grupos de operários, ajuda-lhes a distribuir as tarefas e a ver o resultado final, obtido graças a um trabalho organizado. Com a ajuda do jornal e em relação com ele, se irá formando por si mesma a organização permanente, que se encarrega não só do trabalho local, mas também do trabalho geral e regular, que acostume seus membros a acompanhar atentamente os acontecimentos políticos, a valorizar a sua significação e sua influência sobre os diversos setores da população, a elaborar os métodos adequados que permitam o partido revolucionário influir sobre esses acontecimentos. Basta a tarefa técnica de assegurar a alimentação dos materiais para o jornal e sua devida divulgação para obrigar a criar uma rede de militantes locais de um partido único, que manterão entre si um contato vivo, que conhecerão o estado geral da situação, que acostumarão a exercer regularmente funções parciais dentro do trabalho geral de toda a Rússia, que irão provando suas forças na organização de diversas ações revolucionárias”.

Evidentemente, Lênin já tinha claro a essência da luta programática e da concepção do partido, que irá ser desenvolvida, poucos meses depois, em “Que Fazer?”. É sintomático que ao anunciar um plano para transformar a socialdemocracia dispersa em um partido centralizado, o revolucionário russo tivesse dado primordialmente atenção à constituição de um jornal que seria não apenas um propagandista e agitador coletivo como também um organizador coletivo das fileiras do partido. É a essência dessa concepção que todo militante que dedica sua vida à luta revolucionária deve assimilar profundamente e colocar em prática.

(As citações foram extraídas da Obras Completas, V.I. Lênin, tomo V, “?Por Dónde Empezar?”, página 13, Akal Editor, Espanha)

Observação: No Massas 517 exporemos as principais considerações de Lênin sobre “Que Fazer?”

